



# **PROJETO DE GRADUAÇÃO**

## **Engenharia Econômica: Uma análise sobre os níveis de alfabetização e inclusão financeiras de advogados liberais**

Por,  
**Daniela Fagundes Nardoni**

**Brasília, 10 de maio de 2021**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Tecnologia  
Curso de Graduação em Engenharia de Produção**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Tecnologia  
Departamento de Engenharia de Produção

## PROJETO DE GRADUAÇÃO

# **Engenharia Econômica: Uma análise dos níveis de alfabetização e inclusão financeiras de advogados liberais**

POR,

**Daniela Fagundes Nardoni**

Projeto submetido como requisito para obtenção do grau de Engenheiro de Produção

### **Banca Examinadora**

Prof. Marcia Longen Zindel, UnB/ EPR (Orientador)  
Prof. Ari Melo Marian, UnB/ EPR  
João Carlos Felix Souza, Unb/ EPR

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por tantas bênçãos em minha vida e por me dar forças durante toda a minha caminhada.

Agradeço a vida dos meus avós, Felisberto e Alice, que sempre me inspiram a ser uma pessoa que faça o bem e queira ser melhor.

Agradeço ao apoio da minha família, que sempre incentivou meus estudos e me proporcionou grandes oportunidades.

Ao meu pai, por toda assistência e proteção. Inspiro-me muito em sua força e superação. Obrigada por sempre incentivar meus sonhos.

À minha mãe, por toda dedicação e amor. Inspiro-me muito em sua generosidade e garra. Obrigada por tanto, e por me ensinar como olhar a vida com leveza.

Aos meus irmãos Thiago e Lucca, que possamos sempre manter nossos laços unidos e fortes. Obrigada por estarem sempre presentes.

Ao Lucas, agradeço por estar sempre ao meu lado, me incentivar e por todo o carinho e cuidado comigo. É uma felicidade percorrer o caminho da vida ao seu lado.

Agradeço ter feito parte da Universidade de Brasília, e agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação como engenheira. Tenho muito orgulho de ter feito parte desta instituição.

Agradeço aos meus colegas e amigos que fiz na faculdade, que trouxeram alegrias e histórias que sempre levarei comigo.

Por fim, agradeço à professora orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia T. Longen Zindel, por todo apoio, dedicação e ajuda ao me orientar neste projeto de graduação.

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu.”

Bíblia Sagrada, Eclesiastes, 3:1

---

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar os níveis de inclusão e alfabetização financeiras dos advogados que trabalham liberalmente no Brasil. Para tal, verificam-se os conhecimentos do grupo da amostra nas três dimensões que envolvem a alfabetização financeira: atitude, conhecimento e comportamento, e os níveis de inclusão financeira por meio do uso de produtos e serviços financeiros. Além disso, foi analisado como se dá o preparo para a aposentadoria do grupo estudado. A coleta de dados foi feita através do questionário baseado no Toolkit Infe/OCDE, foi realizada análise descritiva e análise estatística dos dados, por meio da desagregação por sexo, renda individual e faixa etária. De acordo com os resultados obtidos, verificou-se que os advogados liberais respondentes do estudo possuem bons índices quanto a alfabetização financeira, assim como estão bem incluídos financeiramente no sistema. Além disso, foi observado que o grupo da amostra se mostra preparado financeiramente para a aposentadoria.

**Palavras-Chave:** Educação financeira; Gestão financeira; inclusão financeira; planejamento financeiro; atitude financeira; conhecimento financeiro; comportamento financeiro

---

## **ABSTRACT**

The present study has as main objective to analyze the levels of financial inclusion and literacy of lawyers who work freely in Brazil. To this end, the knowledge of the sample group is verified in the three dimensions that involve financial literacy: attitude, knowledge and behavior, and the levels of financial inclusion through the use of financial products and services. In addition, it was analyzed how the studied group prepares for retirement. Data collection was performed using a questionnaire based on the Infe / OECD Toolkit, a descriptive analysis and statistical analysis of the data was carried out, by disaggregating them by sex, individual income and age group. According to the results obtained, it was found that the liberal lawyers who responded to the present study have good rates in terms of financial literacy, as well as being well included financially in the system. In addition, it was observed that the sample group is financially prepared for retirement.

**Key Words:** Financial education; Financial management; financial inclusion; financial planning; financial attitude; financial knowledge; financial behavior

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
1.2.	OBJETIVOS.....	13
1.2.1.	Objetivo Geral.....	13
1.2.2.	Objetivos Específicos .....	13
1.3.	JUSTIFICATIVA.....	13
1.4.	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1.	Economia Comportamental.....	16
2.2.	Educação Financeira e Alfabetização Financeira .....	18
2.3.	O profissional liberal.....	20
2.4.	Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) .....	21
2.5.	Toolkit 2015 OCDE / INFE .....	24
2.5.1	Conhecimento Financeiro .....	26
2.5.2	Comportamento Financeiro.....	27
2.5.3	Atitude Financeira .....	28
2.5.4	Inclusão Financeira .....	29
3	METODOLOGIA .....	30
3.1.	Tipo de Pesquisa.....	30
3.2.	Método de coleta de dados .....	31
3.3.	População e Amostra .....	33
3.4.	Descrição da coleta de dados .....	34
3.5.	Tratamento e análise de dados .....	35
3.6.	Análise estatística .....	35
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
4.1.	Perfil dos Entrevistados .....	36
4.2.	Inclusão Financeira: uso de produtos e serviços financeiros .	41
4.3.	Alfabetização Financeira: Conhecimento .....	46
4.4.	Alfabetização Financeira: Atitude.....	52
4.5.	Alfabetização Financeira: Comportamento .....	57
4.6.	Preparo para a aposentadoria.....	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	79
	REFERÊNCIAS .....	82

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Percentual de acertos nas afirmativas sobre conhecimento financeiro por gênero .....	47
<b>Tabela 2</b> – Percentual de acertos nas afirmativas sobre conhecimento financeiro por faixa etária .....	48
<b>Tabela 3</b> - Percentual de acertos nas afirmativas sobre conhecimento financeiro por renda individual.....	50
<b>Tabela 4</b> - Ranking médio de concordâncias com as afirmativas sobre atitude financeira por gênero.....	54
<b>Tabela 5</b> - Ranking médio de concordâncias com as afirmativas sobre atitude financeira por renda individual.....	55



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Gênero .....	36
<b>Gráfico 2</b> - Faixa etária .....	37
<b>Gráfico 3</b> - Renda individual.....	37
<b>Gráfico 4</b> - Estado civil .....	39
<b>Gráfico 5</b> - Escolaridade.....	39
<b>Gráfico 6</b> - Tempo formado em Direito.....	41
<b>Gráfico 7</b> - Conhecimento de produtos financeiros .....	42
<b>Gráfico 8</b> - Uso atual de produtos financeiros .....	43
<b>Gráfico 9</b> - Posse de bens financiados .....	44
<b>Gráfico 10</b> - Tipos de bens financiados.....	45
<b>Gráfico 11</b> - Tipo de moradia .....	45
<b>Gráfico 12</b> - Autoavaliação de conhecimento em finanças .....	51
<b>Gráfico 13</b> - Autoavaliação de conhecimento em finanças por sexo.....	52
<b>Gráfico 14</b> - Autoavaliação de nível de estresse financeiro .....	57
<b>Gráfico 15</b> - Responsável pelas decisões financeiras na casa .....	58
<b>Gráfico 16</b> - Responsável pelas decisões financeiras na casa por sexo .....	59
.....	
<b>Gráfico 17</b> - Responsável pelas decisões financeiras na casa por renda individual .....	59
<b>Gráfico 18</b> - Realização de orçamento familiar .....	60
<b>Gráfico 19</b> - Realização de orçamento familiar por sexo .....	61
<b>Gráfico 20</b> - Percentual de poupança da renda individual .....	62
<b>Gráfico 21</b> - Poupou nos últimos 12 meses por renda individual .....	63
<b>Gráfico 22</b> - Meios que poupou nos últimos 12 meses .....	64
<b>Gráfico 23</b> - Meios que poupou nos últimos 12 meses por sexo.....	65
<b>Gráfico 24</b> - Meios que poupou por renda individual.....	66
<b>Gráfico 25</b> - Meios que poupou nos últimos 12 meses por faixa etária. 67	
<b>Gráfico 26</b> - Tempo que conseguiria se manter financeiramente sem sua principal fonte de renda.....	68
<b>Gráfico 27</b> - Tempo que conseguiria se manter financeiramente sem sua principal fonte de renda por sexo .....	69
<b>Gráfico 28</b> - Caso tenha uma despesa inesperada no valor do rendimento mensal, se conseguiria pagar sem pedir dinheiro emprestado .....	70
<b>Gráfico 29</b> - Caso tenha uma despesa inesperada no valor do rendimento mensal, se conseguiria pagar sem pedir dinheiro emprestado por sexo.....	71
<b>Gráfico 30</b> - Caso tenha uma despesa inesperada no valor do rendimento mensal, se conseguiria pagar sem pedir dinheiro emprestado por renda individual .....	72
<b>Gráfico 31</b> - Possui renda mensal comprometida com dívidas mensais.....	73
<b>Gráfico 32</b> - Tempo de comprometimento com dívidas mensais .....	74
<b>Gráfico 33</b> - Percentual da renda individual comprometida com dívidas mensais.....	75
<b>Gráfico 34</b> - Preparo para a aposentadoria.....	76
<b>Gráfico 35</b> - Motivos para se preparar para a aposentadoria.....	77
<b>Gráfico 36</b> - Idade que começou a poupar para a aposentadoria .....	78
<b>Gráfico 37</b> - Dependência para a aposentadoria .....	79

# **LISTA DE ABREVIATURAS**

BCB	Banco Central do Brasil
CNPL	Confederação Nacional dos Profissionais Liberais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ISS	Imposto Sobre Serviço
MP	Média Ponderada
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIS	Programa de Integração Social
RM	Ranking Médio

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O mundo contemporâneo nos leva a constantes transformações. A evolução contínua de informações e comunicação proporcionou à população uma realidade singular. Vivemos em um período histórico e único, em que a globalização contempla de forma voluntária ou involuntária a todos. As virtudes e suas imperfeições como modelo implementado nos levam a variadas mudanças, interferindo assim diretamente em questões sociais, políticas e principalmente em questões econômicas.

A velocidade invariavelmente célere com que a realidade se modifica atualmente traz grandes desafios para que a população esteja não só preparada para as constantes transformações, mas atenta para entender e, sobretudo se integrar a este ambiente fluido. A evolução preponderante e contínua da tecnologia e informações dá acesso às novas ferramentas e democratiza seu alcance, abrindo assim novas oportunidades e múltiplos desafios.

Desse modo, a administração dos recursos financeiros pessoais torna-se um dos maiores desafios não somente pela inegável prioridade de resguardo do capital pessoal, mas pela realidade de que a taxa de envelhecimento populacional mundial inegavelmente crescerá nas próximas décadas.

Segundo relatório de Projeção da População, divulgado pelo IBGE em 2018, o grupo populacional que mais cresce em número é o de idosos, representa 13% da população brasileira e esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas. Esse rápido avanço traz alguns desafios. A manutenção da qualidade de vida na velhice é uma delas, e o tema de políticas públicas e de práticas de proteção e cuidado associados à assistência, planejamento financeiro e previdência social se mostram essenciais.

Com isso, o tema relacionado às competências financeiras será ainda mais presente ao longo do tempo e principalmente nas próximas décadas.

Questões como planejamento de gastos, organização orçamentaria e projeção de metas e objetivos são algumas das principais e novas questões

financeiras atuais. Com algum grau de conhecimento em competências financeiras, há um fomento para o desenvolvimento de habilidades que incentivam para a população, de uma forma geral, tomar as melhores decisões sobre o seu rendimento pessoal, e dessa forma a implementação de uma boa gestão de suas finanças pessoais a curto, médio e principalmente ao longo prazo.

Além disso, esse conhecimento contribui para que haja maior integração entre o momento atual e o futuro das pessoas e por decorrência, da sociedade como um todo, possibilitando a ascensão de um mercado mais competitivo e eficiente.

A educação financeira deve ir além da propagação de informações e orientação financeira e deve ser também tida como ferramenta para promover o avanço econômico, confiança e estabilidade. (OCDE, 2015)

Para o foco do estudo, os profissionais liberais, mais especificamente os advogados liberais não seria diferente. Atualmente no Brasil existem cerca de 10 milhões de profissionais liberais, de acordo com dados publicados em 2021 pela CNPL – Confederação Nacional dos Profissionais Liberais. O número de advogados cadastrados na Ordem dos Advogados do Brasil, até janeiro de 2021 é de 1,2 milhões de profissionais. (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil)

Introduzir-se como profissional liberal tem vieses positivos. A possibilidade deu uma jornada de trabalho com uma maior flexibilização de horas e local, possibilidade de obter ganhos superiores aos recebidos na posição de empregado, escolher seus possíveis clientes, entre outros. Porém, seguir a profissão de forma autônoma também existe desafios.

Como não há vínculos empregatícios nem uma eventual renda fixa mensal, controlar despesas e planejar o uso do dinheiro a longo prazo são questões fundamentais para uma adequada realização nessa configuração de modo de trabalho.

Conseqüentemente, dado a especificidade da categoria existe uma necessidade natural, afinal os profissionais liberais são considerados contribuintes individuais pela constituição brasileira no artigo 195 da mesma, ou seja, tem a sua contribuição compulsória à previdência social.

Sendo assim, o estudo tem por objetivo aferir as competências financeiras de advogados liberais representadas por dois pilares principais: pelo nível de alfabetização e inclusão financeiras. Além disso, refletir sobre a importância da educação financeira na sociedade em si.

A seguir serão apresentados os objetivos, a fundamentação teórica e procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa.

## **1.2. OBJETIVOS**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Analisar o nível de alfabetização e inclusão financeiras de advogados liberais

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- Investigar os três pilares da alfabetização financeira – atitude, conhecimento e comportamento financeiros
- Descrever o nível de inclusão financeira pelo uso e conhecimento de serviços e produtos financeiros
- Propor sugestões de estudos para incentivar o conhecimento em educação financeira

## **1.3. JUSTIFICATIVA**

Conforme a sociedade se transforma, os hábitos da população mudam. A forte globalização e a evolução digital foram grandes influenciadoras dessas mudanças. Os serviços financeiros não foram exceção, também se desenvolveram com o avanço tecnológico e hoje há uma gama de opções de produtos e serviços financeiros de empréstimo a investimentos, assim como, novas tecnologias de acesso e comercialização.

Neste cenário financeiro atual em imediata evolução, o conhecimento em competências financeiras se torna uma habilidade essencial para a população. Com o desenvolvimento nesta área, e obtendo o conhecimento sobre os direitos e deveres, o resultado se dá em uma maior responsabilidade sobre os gastos, em uma compreensão mais precisa, para o cumprimento das

obrigações legais, à manutenção das finanças pessoais, assim como ao planejamento de vida financeira para conquistar um futuro melhor.

O planejamento financeiro é relevante, pois é por meio dele em que se pode prever antecipadamente quais direções devem ser seguidas para se atingir resultados positivos em relação às finanças, e programar um conforto futuro. (ARAÚJO; FRANCISCO; PADILHA; MECCHI, 2018).

Além disso, as competências financeiras são importantes pois as decisões quanto ao uso de dinheiro no dia a dia afetam o comprometimento da renda dos consumidores. De acordo com o relatório elaborado pelo SPC Brasil (2019), 46% dos brasileiros inadimplentes sabem pouco ou nada a respeito do valor das suas contas básicas, um desconhecimento sobre seu próprio gasto mensal.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), feita pela Conferência Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias brasileiras com dívidas alcançou 67,3% em março de 2021. Esse valor representa a quarta alta mensal consecutiva e representa a segunda maior proporção histórica, abaixo apenas do percentual apurado em agosto de 2020. Destas famílias, 24,4% possuem contas ou dívidas em atraso e 10,5% relataram não ter condições de pagar as contas em atraso. (PEIC - CNC, 2021)

Outra questão importante é de que o Brasil está passando por uma transição demográfica. Essa alteração é caracterizada pela transição de um regime com altas taxas de mortalidade e fertilidade, para um sistema em que ambas as relações estão em um nível relativamente mais baixo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida do brasileiro passou de 69,8 anos em 2000 para 75,5 anos em 2015. A taxa de fecundidade caiu de 4,1 filhos nascidos vivos por mulher em 1980 para 1,7 filhos por mulher em 2015. (IBGE – 2015)

A mudança demográfica provoca uma transformação na estrutura etária da população, modificando a porcentagem de participação da população com diferentes idades. (IBGE, 2015)

Esses dados mostram que os números de idosos crescem mais do que o número de jovens, ou seja, a pirâmide etária brasileira já está em transição,

a população brasileira como um todo já não poderá se dar a benesse de um não planejamento futuro sobre suas próprias finanças.

Essa mudança, que reflete melhorias nos resultados de saúde, significa que menos trabalhadores apoiarão mais aposentados. Juntamente com os últimos anos de crescimento limitado ou negativo e as generosas pensões concedidas aos funcionários públicos, o Brasil está rapidamente se aproximando de um ponto em que não poderá mais cumprir suas obrigações com pensões (RIBEIRO, 2018).

No contexto de profissionais liberais, a falta de vínculo empregatício traz desafios financeiros importantes. Por não contar com uma quantia fixa e garantida de dinheiro mensal, a gestão financeira deve ser feita a modo que compreenda o contexto de variações de faturamento, possíveis inadimplências de clientes e imprevistos.

Além disso, dado a especificidade da categoria existe uma necessidade natural de planejamento financeiro, afinal os profissionais liberais são considerados contribuintes individuais pela constituição brasileira no artigo 195 da mesma, ou seja, tem a sua contribuição compulsória à previdência social. Poder ter um planejamento financeiro pensando em sua aposentadoria também se torna um desafio para a profissão.

A pesquisa é justificada como uma forma de contribuir ao meio acadêmico em que está inserido, além de ser possível enriquecer a temática referente à educação financeira de um grupo específico de profissionais liberais.

#### **1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO**

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, contando o capítulo introdutório. O segundo capítulo é composto pela revisão bibliográfica, onde são explicados conceitos de alfabetização e educação financeira, o contexto do profissional liberal, a importância da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), e conceitos de conhecimento, comportamento, atitude e inclusão financeiras. O terceiro capítulo apresenta a metodologia de pesquisa que foi abordada pelo estudo. O quarto capítulo é

composto pela análise dos resultados que foram obtidos pelo estudo. Por fim o trabalho é finalizado com o quinto capítulo fazendo as considerações finais.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1. Economia Comportamental**

O campo de estudo conhecido como economia comportamental começou inicialmente como uma tentativa puramente acadêmica de modelar as escolhas irracionais dos consumidores, desafiando assim a noção de consumidor racional da economia tradicional. No entanto, eventos recentes lançaram a economia comportamental, de uma busca puramente acadêmica à vanguarda das políticas públicas e da psicologia popular (PINDYCK e RUBINFELD, 2010).

Os economistas comportamentais assumem uma postura contrária de que os indivíduos - não importa sua idade ou inteligência - são míopes em relação ao que é melhor para eles. A economia comportamental assume irracionalidade na tomada de decisão. Como tal, os indivíduos são suscetíveis a tentações e tendem a tomar decisões ruins e precipitadas, embora seja claro que existem melhores opções que melhorarão os resultados a longo prazo (BAZERMAN, 2004).

A economia comportamental combina uma coleção única de insights da ciência social. Reúne as poderosas ferramentas analíticas dos economistas, tradicionalmente aplicado de maneira restrita para desvendar os incentivos e motivações econômicas que nos impulsionam a todos (ÁVILA e BIANCHI, 2015).

Também aborda a falha fundamental da economia não comportamental: sua concepção altamente restritiva da racionalidade, baseada em suposições de agentes capazes de aplicar facilmente ferramentas matemáticas na identificação das melhores soluções para si ou para seus negócios. Herbert Simon fez alguns progressos iniciais na redefinição da racionalidade na economia - por meio de seu conceito de "racionalidade limitada", isto é,



racionalidade limitada por restrições nas informações disponíveis ou na capacidade de processamento cognitivo (PINDYCK e RUBINFELD, 2010).

Alguns poderiam argumentar que toda a economia deveria ser sobre comportamento se este é o que impulsiona as escolhas e a tomada de decisões. Afinal, a economia é o estudo das decisões. Mas, a partir do século XIX, a economia começou a se afastar do comportamento, pois poderia ser ricamente entendido em termos da psicologia da escolha, em direção às escolhas observadas como uma medida das preferências reveladas de fornecer uma história clara e simples sobre essas preferências reveladas quando se faz escolhas, a história só pode ser suficientemente simples se os economistas presumirem que os tomadores de decisão econômicos são limitados por regras comportamentais estritas - especificamente ao presumir que os consumidores buscam maximizar sua satisfação e as empresas visam maximizar os lucros (SAMSON, 2015).

A economia é essencialmente sobre incentivos e motivações - tradicionalmente focando no dinheiro como incentivo, por exemplo, na explicação de uma decisão de trabalhar como um ato de equilíbrio no qual os salários auferidos convencem os trabalhadores a abrir mão do tempo de lazer. Os psicólogos trazem uma compreensão mais ampla da motivação para a economia comportamental - especificamente ao desembaraçar as motivações extrínsecas das motivações intrínsecas (FERREIRA, 2009).

As motivações extrínsecas incluem todas as recompensas e punições externas - o dinheiro é o mais óbvio, mas as punições físicas seriam outro exemplo. Além dessas, há motivações intrínsecas - como orgulho de um trabalho bem-feito, obediência e engajamento intelectual (PARABONI, 2018).

Ligando a essas ideias sobre preferências sociais, os economistas comportamentais exploraram outras maneiras pelas quais influências sociais afetam as decisões e escolhas. Em termos gerais, essas influências sociais podem ser divididas em influências informacionais e influências normativas. Influências informacionais são sobre como se aprende com os outros. Em situações em que não se sabe muito ou enfrenta uma série complexa e incerta de resultados em potencial, faz sentido observar o que os outros estão fazendo, inferindo que um pode saber melhor do que o outro sobre o melhor curso de ação (ÁVILA e BIANCHI 2015).

As influências sociais normativas são menos obviamente racionais e tratam de como se reage às pressões dos grupos ao redor. Ao explicar essas pressões sociais, a economia comportamental baseia-se em ideias-chave de psicólogos sociais, como Stanley Milgram e Solomon Asch, e seus colegas. (ROSIN, 2011).

De acordo com Thaler; Sunstein (2008), conforme citado por Vidal (2018), a economia comportamental ignora a proposição que a racionalidade econômica estabelece, que um indivíduo faça prognósticos corretos, mas que faça previsões sem vieses.

Na teoria econômica tradicional, as falhas de planejamento e autocontrole relativo a recompensas de curto e longo prazo não são percebidas. Por isso, os economistas da área comportamental substituem a teoria clássica da racionalidade pela teoria da racionalidade limitada. É nesse contexto de condutas que decisões financeiras se tornam importantes para estudos. (VIDAL, 2018)

Amadeu (2009) aponta que os indivíduos, de um modo geral, têm suas vidas influenciadas pelas escolhas financeiras que tomam. Preferências por investimentos mais agressivos fazem com que tomem mais riscos, enquanto preferências mais cautelosas terão menos rentabilidade. Ao optarem pelo consumo no presente ao invés de acumular à longo prazo também é um exemplo.

A importância da economia comportamental se dá pela investigação de como hábitos são gerados e mantidos pelos indivíduos, englobam interesses pessoais, influências psicológicas, emocionais, conscientes e inconscientes. Como esses diferentes vieses atingem as suas escolhas. Dessa forma, a principal metodologia na averiguação tem como base experimentos, que buscam compreender como se dá o pensamento em momentos de decisões. (HIPOLITO, 2018)

## **2.2. Educação Financeira e Alfabetização Financeira**

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), educação financeira é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e

produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

A educação financeira engloba a capacidade de compreender e usar com eficácia várias habilidades financeiras, incluindo gestão financeira pessoal, orçamento e investimentos. Além disso, o conhecimento na área leva à tomada de decisões financeiras mais responsáveis. A falta dessas habilidades é chamada de analfabetismo financeiro (SOARES, 2017).

Embora a educação financeira e a alfabetização financeira sejam confundidas como a mesma significação, os termos são distintos. Pode-se dizer que o primeiro está contido no segundo. (Silva, 2019)

Segundo Potrich, Vieira e Kirch (2014), a educação financeira é o desenvolvimento de habilidades para decisões mais corretas em relação a uma boa gestão em finanças pessoais, e a alfabetização financeira é o potencial do indivíduo para a utilização dos conhecimentos e habilidades adquiridas.

Exemplos de usos cotidianos de conhecimentos na área incluem orçamento doméstico, aprender como administrar e pagar dívidas e avaliar as compensações entre diferentes produtos de crédito e investimento. Muitas vezes, essas habilidades requerem pelo menos um conhecimento prático dos principais conceitos financeiros, como juros compostos e o valor do dinheiro no tempo (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007).

Realizando uma pesquisa aprofundada, vê-se que existem vários conceitos e definições, sem um padrão estabelecido. (POTRICH, VIEIRA, KIRCH, 2014).

A definição de alfabetização financeira, ou letramento financeiro, pela OCDE é uma combinação de consciência, habilidade, conhecimento e comportamento, fundamentais para tomar decisões sólidas e alcançar o bem-estar financeiro individual. A OCDE trata a alfabetização financeira em três

dimensões: o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira. (OCDE, 2013).

Sendo assim, para o estudo, o termo que será utilizado é o mesmo usado pela OCDE, de alfabetização financeira dadas três dimensões. A educação financeira está contemplada nas dimensões.

### **2.3. O profissional liberal**

A Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL) define os profissionais liberais como àqueles trabalhadores que atuam de forma autônoma na sua profissão. Os profissionais liberais possuem formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida. Além disso, a ocupação permite uma liberdade de execução de atividades que é garantido pelos princípios normativos da profissão, que independe de vínculos empregatícios.

De acordo com Nunes (2004, p.337), conforme citado por Peixoto (2018), “As características do trabalho desse profissional são: autonomia profissional, com decisões tomadas por conta própria, sem subordinação, prestação de serviço feito pessoalmente, pelo menos em seus aspectos mais relevantes e principais; feitura de suas próprias regras de atendimento profissional, o que ele repassa ao cliente, tudo dentro do permitido pelas Leis e em especial da legislação de sua categoria profissional”.

A execução liberal do trabalho pode trazer uma série de vantagens. A autonomia sobre a forma de execução de atividades traz liberdade e responsabilidade no ato de tomar decisões, sem hierarquias presentes no trabalho em organizações.

Além disso, a liberdade se dá na flexibilidade de horários, não precisar de vagas no mercado de trabalho e dependendo da produtividade individual, tem a possibilidade de faturar mais do que executando o serviço sendo empregado.

A escolha pela execução da profissão de forma liberal tem também desvantagens e traz alguns riscos. Por ser um ramo em que o pagamento é feito pelo serviço executado pelo profissional, de forma individual, ele está ligado diretamente à produtividade do profissional, e pela renda não ser

definida e garantida a cada mês, o controle em gastos pode ser prejudicado. É recomendável que, por meio da educação financeira, esse problema seja controlado. (InfoMoney, 2020).

Outro ponto de atenção em relação às finanças pessoais dos profissionais liberais é relacionado aos custos fixos para a manutenção do seu escritório. Os custos que abrangem infraestrutura, insumos e materiais necessários para a execução de sua atividade carecem de investimentos, que são feitos mesmo sem a certeza de retorno financeiro. (Banco Bari, 2020)

Na prestação de serviços, os profissionais liberais precisam se organizar como uma empresa, que paga tributos e age por meios legais. É necessário emitir Nota Fiscal ou recibo, e pagar tributos. O imposto de Renda deve ser realizado (como pessoa jurídica ou física), assim como o Seguro Social (INSS), o Programa de Integração Social (PIS) e Imposto sobre Serviço (ISS).

De acordo com Rogers, Favato e Securato (2009), conforme citado por Costa (2018), a falta em habilidades em conceitos financeiros básicos é a realidade da maioria dos indivíduos. O tema em educação financeira tem ganhado bastante destaque por todo o mundo e existe uma série de estudos que comprovam que pessoas que não são educadas financeiramente estão mais predispostas a não tomarem decisões positivas e eficientes.

O fato de os profissionais liberais lidarem com renda variável faz com que eles tenham uma indispensabilidade de conhecimentos em gestão financeira. É fundamental que, nesse regime de trabalho, os objetivos de curto, médio e longo prazo sejam bem definidos, e que se tenha tanto conhecimento, como planejamento.

#### **2.4. Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE)**

A Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização econômica intergovernamental que se dedica em fortalecer instituições democráticas e os cenários econômicos em que se encontram, por meio da publicação de estudos e recomendações para os

países que fazem parte da entidade e países parceiros. (SAITO, SAVOIA, PETRONI, 2006).

O Brasil, apesar de não ser membro da OCDE, colabora com a Organização desde o início dos anos 1990. Em 2007, o Conselho Ministerial da OCDE adotou uma resolução que amplia a participação do País, que é tido como parceiro-chave e tem a oportunidade de participar em diferentes órgãos da OCDE, e tem a oportunidade de participar ativamente em discussões de temas e desafios essenciais de políticas públicas.

A educação financeira teve sua importância reconhecida por vários países membros da OCDE e foi incluída em vários programas de trabalho da entidade. Sua importância se dá na necessidade de proteção do indivíduo, conhecimento de seus deveres e direitos, escolhas de investimentos, melhor compreensão de conceitos e produtos financeiros e melhor utilização de capital (OCDE, 2004).

Desenvolvendo ações sobre o tema, a OCDE criou o Financial Education Program, a fim de aprofundar os estudos em educação financeira, desenvolvendo programas com esse foco, desenvolver boas práticas, e estruturar um relatório que abranja o estado da educação financeira nos países- membros e parceiros. (OCDE, 2004)

Em 2005, a OCDE lançou o documento intitulado Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness com o objetivo de identificar princípios e recomendar ações para promover e conscientizar a importância da educação financeira. Além disso, promover que governos e entidades públicas e privadas coloquem em ação as orientações que foram estabelecidas no documento. (OCDE, 2005)

1. A educação financeira pode ser definida como "o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bemestar financeiro". Educação financeira, portanto, vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, o que deve ser regulado, como geralmente já é o caso, especialmente para a proteção de clientes financeiros (por exemplo, consumidores em relações contratuais).

<p>2. Essa construção de capacidade financeira, baseada em informação e instrução financeira adequada, deve ser promovida. A educação financeira deve ser oferecida de forma justa e imparcial. Os programas devem ser coordenados e desenvolvidos com eficiência.</p>
<p>3. Os programas de educação financeira devem se concentrar em questões de alta prioridade que, a depender das circunstâncias nacionais, podem envolver aspectos importantes do planejamento da vida financeira, como poupança básica, gestão da dívida privada ou seguro, bem como pré-requisitos para conscientização financeira, como noções de matemática financeira e economia. Deve-se estimular a conscientização dos futuros aposentados sobre a necessidade de avaliar a adequação financeira dos seus regimes atuais de previdência pública e privada e de tomar as medidas apropriadas quando necessário.</p>
<p>4. A educação financeira deve ser considerada no arcabouço regulador e administrativo e deve ser tida como ferramenta para promover crescimento econômico, confiança e estabilidade, juntamente com a regulação das instituições financeiras e a proteção do consumidor (incluindo a regulação sobre informação e aconselhamento). A promoção da educação financeira não deve ser substituída por regulação financeira, que é essencial para proteger o consumidor (por exemplo, contra fraude) e que se espera que a educação financeira possa complementar.</p>
<p>5. Devem ser tomadas as medidas apropriadas quando a capacidade financeira é essencial, mas há deficiências identificadas. Outras ferramentas de políticas públicas a considerar são a proteção do consumidor e a regulação das instituições financeiras. Sem limitar a liberdade de contrato, devem ser considerados mecanismos de falência que levem em consideração educação financeira inadequada ou comportamento passivo/inerte.</p>
<p>6. Deve-se promover o papel das instituições financeiras na educação financeira e esta deve tornar-se parte da boa governança daquelas, no que concerne a seus clientes financeiros. A prestação de contas e a responsabilidade das instituições financeiras deve ser incentivada, não apenas para fornecer informações e orientações sobre questões financeiras, mas também para promover a conscientização financeira dos clientes, especialmente para compromissos de longo prazo e compromissos que representem uma parcela substancial de sua renda atual e futura.</p>
<p>7. Devem ser desenhados programas de educação financeira para atender as necessidades e o nível de alfabetização financeira do público alvo dos programas e que reflitam a forma como esse público alvo prefere receber informação financeira. A educação financeira deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício, especialmente a fim de capturar a maior sofisticação dos mercados, as necessidades variáveis em diferentes fases da vida e informações cada vez mais complexas.</p>

**Figura 1** - Princípios da educação financeira

(Fonte: OCDE, 2005)

## 2.5. Toolkit 2015 OCDE / INFE

A coleta de informações por dados tendo como tema o nível de alfabetização financeira se tornou amplamente reconhecida em posição de destaque em agendas políticas de vários países. Os dados têm a função de providenciar evidências da necessidade de educação financeira e aponta os grupos mais desprovidos de tais habilidades. (OCDE / INFE 2016)

A importância de coleta de informações em diferentes países também se dá pela grande troca de experiências e vivências que cada nação pode agregar. Além disso, as ações que já foram planejadas e implementadas podem auxiliar e indicar melhorias e novas diretrizes.

O uso do *kit* de ferramentas foi projetado para o levantamento de dados comparativos entre países. A comparação é importante para que prioridades sejam esclarecidas, seja em termos de educação financeira ou por outras variáveis, como renda nacional ou localização geográfica. Além disso, o processo também identifica os esforços que vêm sendo realizados sobre o tema e que estão sendo implementados seguindo as boas práticas internacionais. (OCDE / INFE 2018)

Estudar medidas-chave de alfabetização financeira que podem ser implementadas em diversas economias e que podem ser comparadas ajuda no reconhecimento dos países que possuem desafios semelhantes e podem obter soluções compartilhadas. (OCDE / INFE 2016)

A obtenção de dados sobre níveis de alfabetização financeira foi uma das primeiras prioridades da OCDE / INFE. Para isso, iniciou um projeto em 2009 envolvendo os especialistas em estatísticas em educação financeira do INFE e no projeto foram elaborados um questionário básico e um kit de ferramentas de apoio.

O *kit* de ferramentas é composto por um questionário e orientação metodológica que trata de como se deve proceder com entrevistados, preparar entrevistadores e é projetado para colher dados comparáveis de atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros. Além disso, também possui conteúdos de controle sobre finanças, economia de custos, planejamento financeiro de longo prazo. Na parte sobre inclusão financeira, a conscientização, escolha e manutenção de produtos financeiros são pontos



que são avaliados, assim como questões que envolvem aspectos do bem-estar financeiro. (OCDE / INFE 2016)

A primeira vez do uso do kit de ferramentas foi testada em um estudo piloto internacional em 2010 em 14 países. Em pesquisa feita em 2016, desde 2010, mais de 30 países já haviam usado o kit para coletar dados sobre alfabetização financeira. (OCDE/ INFE 2016)

Já em 2015/16 cerca de 40 países cooperaram da pesquisa internacional de alfabetização financeira da OCDE / INFE.

O kit de ferramentas de medição da alfabetização financeira elaborado pela OCDE / INFE é reconhecido por diversos líderes políticos. Os países-membro do G20, em sua cúpula em 2013, constataram a sua importância e apoiaram o seu uso. (OCDE / INFE 2016)

A aplicação de um instrumento comum em países com estágios de desenvolvimentos econômicos diferentes e com grupos populacionais diversos gera dados que podem ser explorados por meio da identificação de padrões por fatores socioeconômicos e demográficos.

Cada pergunta do questionário do kit elaborado pela OCDE / INFE foi selecionada para obtenção de informações preciosas sobre aspectos da alfabetização e inclusão financeiras. As respostas também podem ser associadas para elaborar pontuações de alfabetização e inclusão financeiras. (OCDE / INFE, 2018)

Desde o primeiro uso do kit disponibilizado pela OCDE / INFE em 2010, atualizações foram feitas em 2015, e em 2018. Os dados coletados, desde 2010 têm sido utilizados para informar a realidade sobre o assunto em vários países.

Em 2015, a pesquisa utilizando o Toolkit 2015 INFE/OCDE foi usada por 30 países, incluindo o Brasil. No total mundial, foram entrevistados 51.650 adultos com idades entre dezoito e setenta e nove anos. (OCDE/ 2016). No Brasil, a amostra foi composta por 2.002 entrevistados em todas as regiões do País, por meio de entrevistas pessoais. Além disso, buscou-se elaborar a pesquisa tendo em vista a representatividade da população brasileira, utilizando um modelo de estratificação de dados geograficamente e posteriormente utilizando critérios de acordo com gênero, idade, educação e atividade principal. (BCB, 2017)

Em 2017, o Banco Central do Brasil, por meio de sua série chamada Cidadania Financeira (estudos sobre educação, proteção e inclusão) produziu um relatório fornecendo a descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) – Toolkit 2015 INFE / OCDE - adaptada e aplicada no Brasil.

No relatório publicado pelo BCB, a tradução de *financial literacy* utilizada pela OCDE / INFE foi adaptada para educação financeira. Portanto, no relatório a alfabetização financeira, que engloba a educação financeira, está traduzida em três pilares: conhecimento, atitude e comportamento. Além disso, no relatório há um quarto pilar, relacionado à inclusão financeira. Buscando a maior adequação à realidade brasileira, o instrumento de pesquisa teve também perguntas acrescidas sobre o ato de poupar e sobre conhecimentos financeiros específicos para o contexto do País. (BCB, 2017)

### **2.5.1 Conhecimento Financeiro**

O primeiro pilar da alfabetização financeira se refere ao conhecimento básico de conceitos financeiros e a aptidão em empregar conhecimentos matemáticos em um contexto financeiro. O conhecimento financeiro é um elemento significativo da alfabetização financeira pois garante que os consumidores possam agir de forma autônoma na gestão de assuntos financeiros, comparar produtos e serviços financeiros e, assim, tomar melhores decisões financeiras. (OCDE, 2016)

O entendimento em finanças associado com habilidades aritméticas também contribui para que os consumidores reajam de maneira autônoma a eventos que refletem no bem-estar financeiro. (BCB, 2017)

Segundo Worthington (2006, Apud Cardozo, 2011), o conhecimento financeiro possui duas perspectivas: pessoal e profissional. A esfera pessoal se especifica ao entendimento da economia e como as escolhas das famílias são movidas pela conjuntura econômica. A esfera profissional se especifica no entendimento de matemática aplicada.

A pesquisa bibliográfica aponta que níveis mais altos em conhecimento financeiro estão relacionados a consequências positivas, como na participação no mercado de ações e no planejamento para a aposentadoria. E estão

relacionados à diminuição de consequências negativas, como acúmulo de dívidas. (OCDE, 2016)

No Toolkit elaborado pela OCDE / INFE, as perguntas referentes a esse item foram projetadas para testar diferentes aspectos do conhecimento financeiro e que podem ser bem úteis para as escolhas mais acertadas.

No questionário, as perguntas do tópico têm a função de medir o grau de entendimento dos entrevistados em três aspectos: conhecimento de matemática básica e habilidade em calcular taxa de juros simples e composto, assimilação de inflação e compreensão de diversificação de risco. Na versão da pesquisa no Brasil, aplicada pelo BCB, também foi acrescentada uma pergunta de autoavaliação do conhecimento em relação à educação financeira, para avaliar o quanto os respondentes superestimam ou subestimam a própria percepção sobre o assunto. (BCB, 2017)

## **2.5.2 Comportamento Financeiro**

O segundo pilar da alfabetização financeira é sobre o comportamento financeiro. As decisões e o comportamento dos consumidores guiam o seu cenário financeiro, a curto e longo prazo. As perguntas buscam investigar até que ponto os respondentes têm se comportado de maneira positiva para garantir o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2016)

A OCDE (2013) define o comportamento financeiro como sendo o modo de agir em relação ao gerenciamento do dinheiro.

Algumas atitudes, como não realizar um planejamento para despesas futuras já conhecidas, atrasar o pagamento de contas e escolher produtos financeiros sem conhecimento, são tipos de comportamento que podem impactar negativamente a situação financeira de um indivíduo, e, portanto, devem ser estudadas numa pesquisa que contemple a educação financeira. (BCB, 2017).

No questionário da OCDE / INFE são administradas diversas questões que buscam investigar sobre o comportamento relacionado às finanças dos entrevistados. São analisadas questões sobre como fazer orçamento, realização de compras por impulso, pagamento de despesas em dia e realização de poupança.

Segundo Atkinsin e Messy (2012, Apud Potrich, Vieira, Kirch, 2014), as consequências por ser financeiramente alfabetizado são conduzidos pelo comportamento, como, por exemplo, ser alguém que planeje despesas e construa uma segurança financeira. Por outro lado, certos comportamentos, como o uso impensado de crédito e realização de compras impulsivas reduzem o bem-estar financeiro.

Para a OCDE (2013, Apud Silva, 2019), o comportamento financeiro é um componente fundamental da alfabetização financeira, e é o mais relevante, pois é nele que se identifica o equilíbrio e desordem financeiros.

De acordo com Mundy (2011, apud Rogers, Rogers, Santos, 2018), o comportamento financeiro deve pontuar cinco premissas: i. Capacidade em honrar despesas, ii. Controle sob finanças, iii. Planejamento para o futuro; iv. Capacidade em escolher assertivamente produtos financeiros e v. Manutenção de questões financeiras

### **2.5.3 Atitude Financeira**

O terceiro pilar da alfabetização financeira é a atitude financeira. Segundo o BCB (2017), esse pilar pode ser entendido como o sentimento (ou intenção) de uma pessoa associada à uma escolha de sua vida financeira. Ainda que o indivíduo possua conhecimento e habilidade razoáveis para realizar uma escolha que se encaixe no comportamento esperado, o pilar de atitude pode ser decisivo para a qualidade da decisão a ser praticada.

As atitudes financeiras são a representação de emoção e opinião, são sustentadas por valores e princípios, sendo econômico ou não, e são representadas por meio de escolhas sobre um determinado comportamento (Silva, 2019). Adicionalmente, para Shokey (2002, Apud Silva, 2019), a associação de conceitos, informações e emoções sobre o conhecimento adquirido leva à uma tendência a atitudes financeiras favoráveis.

Atitudes e escolhas são componentes importantes da educação financeira. Se as atitudes dos indivíduos são negativas como, por exemplo, a atitude em preferir priorizar desejos de curto prazo, alega-se que eles serão menos propensos a serem bem sucedidos em economizar para emergências ou ter planos financeiros de longo prazo. (OCDE, 2013)

Segundo Phan; Yap; Dowling (2012, apud Silva, 2019), a atitude financeira positiva se descreve nas práticas saudáveis de gestão financeira. Exemplos disso são planejamento de orçamentos, buscar pagamentos que não tenham juros em despesas, ter uma poupança, e a gestão de produtos financeiros.

No questionário elaborado pela OCDE / INFE, as questões referentes às atitudes financeiras foram escolhidas para captar atitudes para o longo prazo. As perguntas utilizam escalas para indicar o quanto concordam ou não com afirmações específicas. As afirmações são referentes a escolhas que envolvem preferências de curto prazo, sem pensar no futuro ou escolhas que envolvem maior grau de planejamento para sua execução.

#### **2.5.4 Inclusão Financeira**

Segundo relatório da OCDE / INFE a inclusão financeira se determina pelo acesso e uso de serviços e produtos financeiros pela população. Os produtos e serviços financeiros devem ser apropriados e úteis para a população, e devem cooperar para a sua qualidade de vida.

A inclusão financeira é mundialmente reconhecida como vital para o empoderamento dos indivíduos e para uma maior estabilização do sistema financeiro. É importante que os responsáveis por políticas voltadas ao tema de educação financeira obtenham informações sobre o nível de inclusão financeira da população. (OCDE, 2016)

No Relatório de Cidadania Financeira elaborado pelo BCB em 2018, a inclusão financeira é apresentada em três dimensões: acesso, uso e qualidade. Essa divisão é adotada pela Alliance for Financial Inclusion e pelo Grupo Global Partnership for Financial Inclusion.

No ToolKit elaborado pela OCDE / INFE, a pesquisa foca no aspecto de uso de produtos financeiros. Esse aspecto se refere à extensão e profundidade de uso nos serviços e produtos financeiros. (BCB, 2017)

O acesso à educação e a bens públicos, além de reduzir os níveis de pobreza, também amplia a atuação política e do direito ao trabalho. Esses são aspectos fundamentais para que ocorra a inclusão social e financeira. A

obtenção de serviços financeiros é considerada determinante para a própria inclusão social. (BCB, 2009)

## **3 METODOLOGIA**

Após apresentar o problema de pesquisa e a revisão da literatura sobre conceitos de alfabetização e inclusão financeira de profissionais advogados liberais, este tópico trata da metodologia que foi utilizada para atingir o objetivo do trabalho.

### **3.1.Tipo de Pesquisa**

Para Silva e Menezes (2005), pesquisar significa procurar respostas para indagações propostas. A pesquisa é voltada para identificar respostas à problemática apresentada, por meio de processos científicos.

Pode-se definir pesquisa como o processo pragmático e sistemático do método científico. Seu objetivo é encontrar respostas por meio de conhecimentos disponíveis e utilização cuidados de procedimentos científicos, tal como métodos e técnicas. A pesquisa possui fases, e passa desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados obtidos. (GIL, 2002)

A apresentação dos tipos de pesquisa existentes é importante para a definição dos instrumentos e procedimentos que serão utilizados para a investigação do problema. O método de pesquisa categoriza a pesquisa em sua metodologia e define a estratégia investigativa para encontrar respostas para o problema proposto.

Segundo Gil (1991), o método de pesquisa pode ser classificado quanto à sua natureza, à sua forma de abordagem, do ponto de vista de seus objetivos e quanto aos seus procedimentos técnicos.

Dadas as classificações de pesquisa, o estudo possui natureza aplicada, pois busca gerar conhecimentos com aplicação prática dirigidos à resolução de problemas específicos.

Quanto à abordagem, o estudo possui caráter quantitativo. É quantitativo, pois traduzirá em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, utilizando uso de recursos estatísticos para quantificar os resultados da investigação proposta. Utilizam-se instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento de dados, e busca medir relações entre variáveis definidas. (ZANELLA, 2018).

Do ponto de vista dos objetivos, o estudo se classifica como pesquisa descritiva, pois visa descrever características de determinada população e o estabelecimento de relações entre variáveis.

Na pesquisa descritiva, o uso de ferramentas padronizadas de coleta de dados, utilizando o questionário e a observação sistemática, e assume a forma de levantamento. (SILVA E MENEZES, 2005).

Por fim, o estudo se classifica em relação aos seus procedimentos como pesquisa de levantamento, pois envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. São solicitadas informações para um grupo significativo de pessoas que se encaixam no contexto a ser estudado e por meio de análise quantitativa, obtêm-se as conclusões correspondentes. (GIL, 2002).

### **3.2. Método de coleta de dados**

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de fontes diversas com o objetivo de responder às questões de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para o desenvolvimento do estudo, como método de coleta de dados foi escolhido o questionário.

Segundo Silva e Menezes (2005), o questionário é uma sequência ordenada de perguntas que devem ser respondidas pelo informante. O instrumento de coleta de dados deve ser objetivo e simples, com instruções explicativas do motivo de sua aplicação e de sua importância.

O questionário, com respostas padronizadas facilita a conversão e análise dos dados estatisticamente, o que é uma vantagem analítica. Além disso, Segundo Gil (2002), o questionário se torna vantajoso por constituir um

meio rápido e barato de obtenção de informações, além de não necessitar de treinamento para sua realização e assegurar o anonimato.

O instrumento de pesquisa que foi utilizado é referente à pesquisa aplicada em 2015, pelo Banco Central do Brasil, em parceria com a Serasa Experian e o Ibope, baseada no *OECD/INFE TOOLKIT para medição de alfabetização e inclusão financeiras*, elaborada e incentivada pela Rede Internacional de Educação Financeira (Infe), no âmbito da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Toolkit Infe/OCDE). O questionário possui algumas modificações para melhor se adequar à população a ser estudada.

O *Toolkit* elaborado pela OCDE é um documento que possui um conjunto de ferramentas para orientar a mensuração de informações relacionadas à comportamentos, atitudes e conhecimentos financeiros, a fim de avaliar os níveis de alfabetização e inclusão financeira.

O questionário foi utilizado pela primeira vez em 2010 como parte do primeiro exercício internacional da OCDE de medição da alfabetização e da inclusão financeira. Em 2015/16, cerca de 40 países e economias participaram de um levantamento internacional sobre o tema. (OCDE, 2015).

O Toolkit 2015 Infe/OCDE possui o benefício de já ter sido aplicado em diversos países. A pesquisa realizada no Brasil teve como objetivo conhecer melhor a realidade do País com intuito de planejar políticas públicas. (BCB, 2017).

A proposta pela OECD para mensurar a alfabetização financeira é composta por três dimensões – conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. Para o estudo, as três dimensões foram utilizadas. No que tange a inclusão financeira, a dimensão tem foco no uso de serviços financeiros.

O questionário é dividido em cinco seções principais. A primeira busca conhecer o perfil dos entrevistados, mapear o perfil socioeconômico dos advogados liberais entrevistados, e inclui perguntas como qual sexo, idade, renda.

O segundo bloco do questionário, tem como objetivo entender como está a inclusão financeira dos respondentes, e incorpora perguntas sobre o uso de produtos e serviços financeiros.



A terceira seção é referente ao entendimento do conhecimento financeiro básico dos advogados autônomos. Esse bloco contém perguntas sobre rendimento de aplicações, inflação e valor do dinheiro no tempo.

A seção quatro tem como tema a atitude financeira tem como objetivo entender como os advogados liberais se identificam no processo de tomadas de decisões financeiras.

A quinta seção apresenta questões referentes ao comportamento financeiro. Essa seção tem como objetivo verificar como os advogados liberais avaliam sua gestão financeira, enfatizando o controle e planejamento financeiro e equilíbrio do orçamento. Por último, foram incluídas perguntas para abordar a preparação para a aposentadoria dos respondentes.

### **3.3. População e Amostra**

O universo ou população da pesquisa realizada é caracterizado pelo população-alvo, delimitada pela sua formação em Direito e pela escolha de carreira como advogado autônomo. Para Marconi e Lakatos (2003), universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. No caso, são duas características complementares, a formação e a escolha de carreira.

Existem duas formas para conduzir um estudo: por censo ou por amostragem. Enquanto censo consiste em estudar todos os integrantes da população, a amostragem pesquisa apenas uma parte dela (amostra) (GIL, 2008, p. 55; REIS, s.d.).

Para que a quantidade de indivíduos da amostra seja realista em relação ao universo à que pertence, é preciso que a amostra seja formada por um número suficiente de casos. Esse valor é formado levando em consideração a extensão do universo, o nível de confiança estabelecido, erro máximo permitido e porcentagem com a qual o fenômeno se repete. (GIL, 2008).

Gil (2008) demonstra uma equação para fazer o cálculo de amostra confiável a partir de um universo definido:

$$n = \frac{Z^2(pq)N}{e^2(N-1) + Z^2(pq)} \quad (1)$$

Em que,

$n$  = Número de elementos da amostra (em unidades);

$N$  = Número de elementos da população (em unidades);

$Z$  = Intervalo de confiança da pesquisa (em desvios-padrões); são usuais: 90% = 1,65; 95% = 1,96; 99% = 2,58;

$e$  = Margem de erro da pesquisa (em desvio percentual relativo às frequências obtidas); são usuais 10%; 5% ou 3%;

$p$  = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica;

$q$  = porcentagem complementar ( $100 - q$ ).

O universo da pesquisa é composto pelos advogados registrados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em consulta ao site oficial da OAB, em abril de 2021, consta-se 1,2 milhões de advogados registrados no Brasil. Para determinação da amostra foi definido erro amostral de 10%, intervalo de confiança de 95%, e como a porcentagem com a qual o fenômeno se verifica não foi estabelecida previamente, adotou-se o valor máximo de  $p$ , que é 50. Com isso a amostra ideal é de 97 advogados.

Apesar de o número da amostra ideal ter sido 97 respondentes, durante a pesquisa, foram totalizadas 114 respostas que estavam coerentes com as definições da amostra. Sendo assim, foi considerado o maior número de respostas para a definição de amostra.

Sendo assim, a amostra da pesquisa foi escolhida como selecionada por conveniência. Segundo Cozby (2003), uma das razões para se usar amostras por conveniência é que a intenção da pesquisa não é a de estimar com acuracidade os valores da população, mas sim estudar relações entre as variáveis.

### **3.4. Descrição da coleta de dados**

Para a coleta de dados, foi utilizado o *Google Forms*, aplicativo de gerenciamento de pesquisas online. A pesquisa ficou disponível para acesso por meio de redes sociais, e por divulgação em massa do questionário para o público específico.

O questionário aplicado no estudo está presente no ANEXO I do presente documento. A coleta de dados foi realizada entre os dias 04/04/2021 à 26/04/2021. Foram obtidas 114 respostas de advogados liberais que atuam no Brasil.

### **3.5. Tratamento e análise de dados**

Para realizar o tratamento e análise dos dados obtidos na pesquisa, os dados foram compilados e exportados para o Microsoft Excel. Com o programa, foi possível tratar e analisar os dados.

Após a organização dos dados, eles foram colocados para análise no software estatístico *Minitab 2020*, *software* amplamente utilizando para análises estatísticas para estudos de variáveis.

### **3.6. Análise estatística**

Na pesquisa aplicada pelo Banco Central do Brasil, as análises foram baseadas em três dados desagregados socioeconômicos: (i) sexo; (ii) faixa etária;<sup>11</sup> e (iii) faixa de renda familiar

Essa desagregação foi feita com o intuito de identificar se há diferença significativa dos resultados para os diferentes grupos, buscando, dessa forma, identificar distorções nos níveis de educação financeira. Os resultados visam a subsidiar e direcionar ações que busquem promover a inclusão e educação financeira adequada à realidade dos diversos perfis da população brasileira no que diz respeito a sexo, idade e renda. (BCB, 2015)

Para o estudo, essa desagregação fez parte de algumas análises para melhor entender a realidade dos entrevistados.

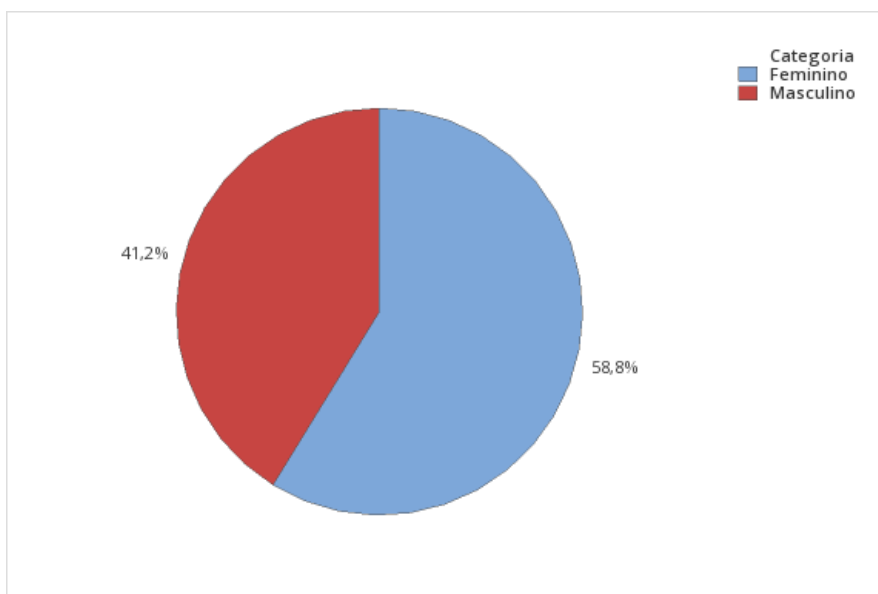
## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1. Perfil dos Entrevistados

A primeira seção do questionário buscou analisar o perfil dos advogados liberais entrevistados. Para mapear o perfil socioeconômico, foram respondidas questões para escolha do gênero do entrevistado, sua faixa etária, sua renda individual.

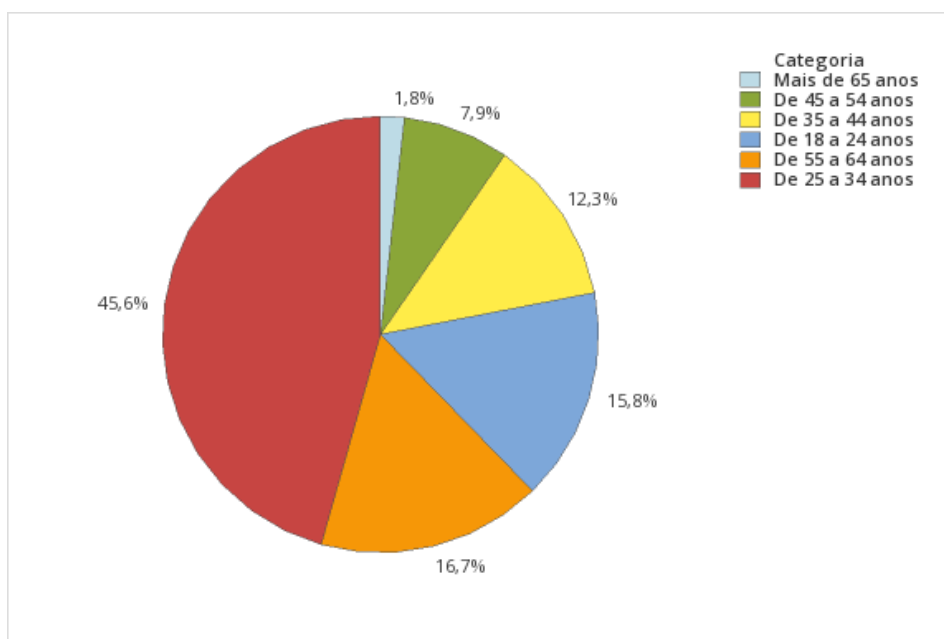
A amostra é caracterizada por 114 participantes, todos advogados que atuam de forma liberal no Brasil. Como pode-se observar no Gráfico 1, a amostra selecionada é composta por 47 respondentes que se declaram do sexo masculino, representando 41,2% do total, enquanto 67 respondentes se declaram do sexo feminino, representando 58,8%.

Gráfico 1 - Gênero



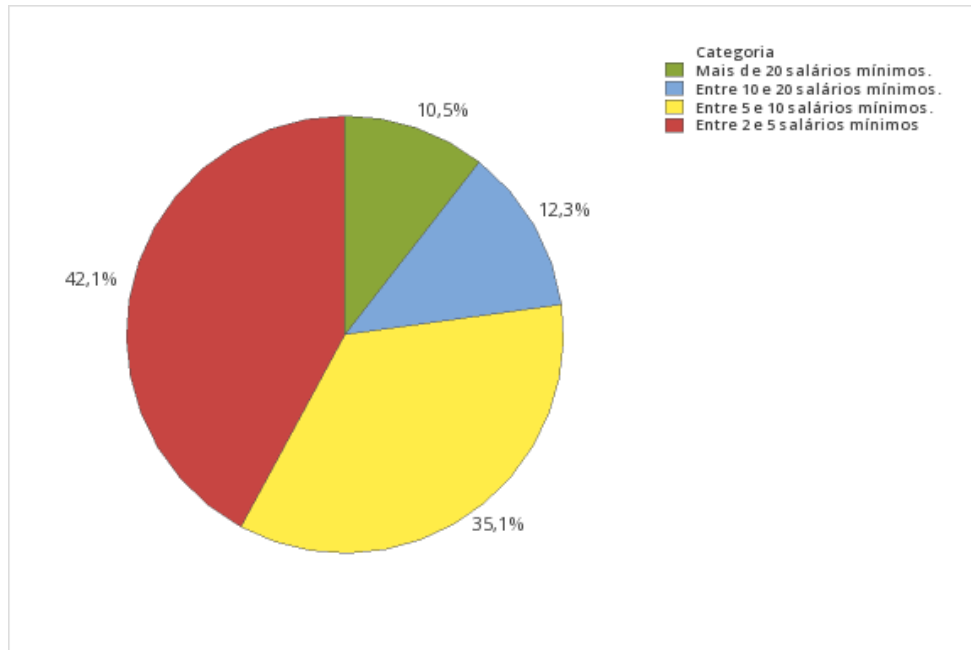
No que diz respeito à faixa etária dos entrevistados, as idades foram segmentadas, e compreendem idades de 18 a mais de 65 anos. No gráfico 2, é possível observar que foram obtidas respostas em todas as segmentações e que 45,6% dos entrevistados está compreendido na categoria de 25 a 34 anos.

**Gráfico 2 - Faixa etária**



Em relação à renda individual dos advogados entrevistados, e tendo como base o salário mínimo de R\$1.100,00, referente ao ano de 2021, os resultados são descritos no gráfico 2. Na amostra, é possível observar que pouco mais que dois terços dos entrevistados, correspondentes a 66,7% tem a sua renda individual concentrada em duas faixas: 35,1% dos respondentes possui renda individual entre 5 e 10 salários mínimos. E os outros 31,6% possui renda individual entre 2 e 5 salários mínimos.

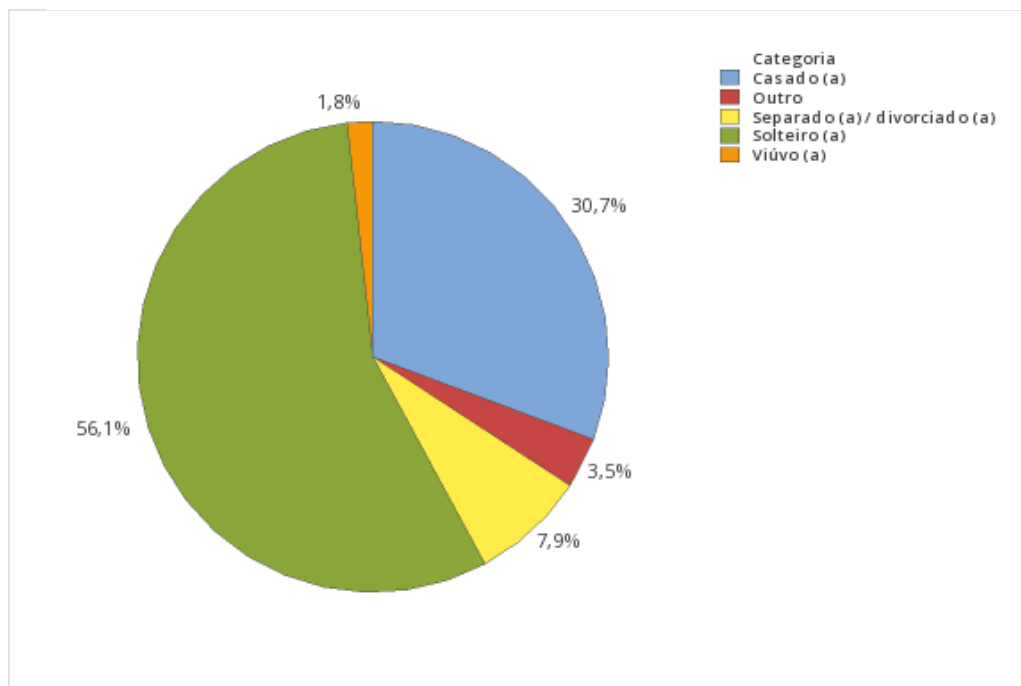
**Gráfico 3 - Renda individual**



De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pela IBGE, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita no Brasil foi de R\$ 1.380 em 2020. É possível ver que todos os respondentes possuem renda superior à média nacional.

No que diz respeito ao estado civil dos entrevistados, como pode-se observar no Gráfico 4, 86,8% dos respondentes se encontram em duas categorias: 56,1% se declara solteiro(a), enquanto 30,7% se declara casado (a).

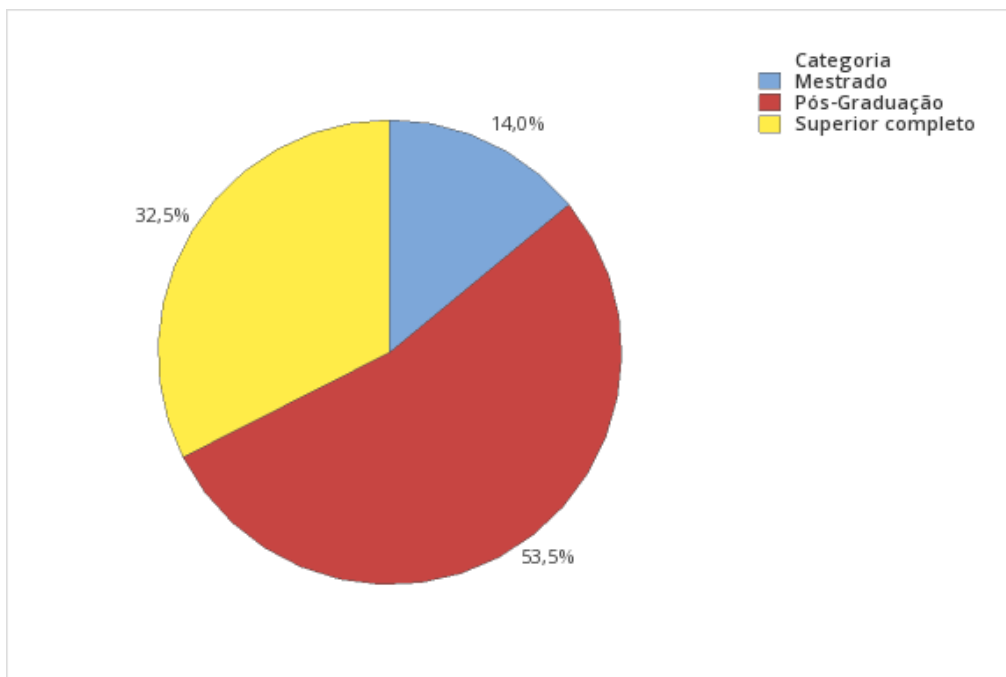
**Gráfico 4 - Estado civil**



Em relação ao grau de escolaridade dos advogados respondentes, 53,5%, ou seja, 61 respondentes possuem pós-graduação. 32,5%, ou 37 respondentes, possuem graduação superior completa e 14,0% ou 16 respondentes possuem mestrado.

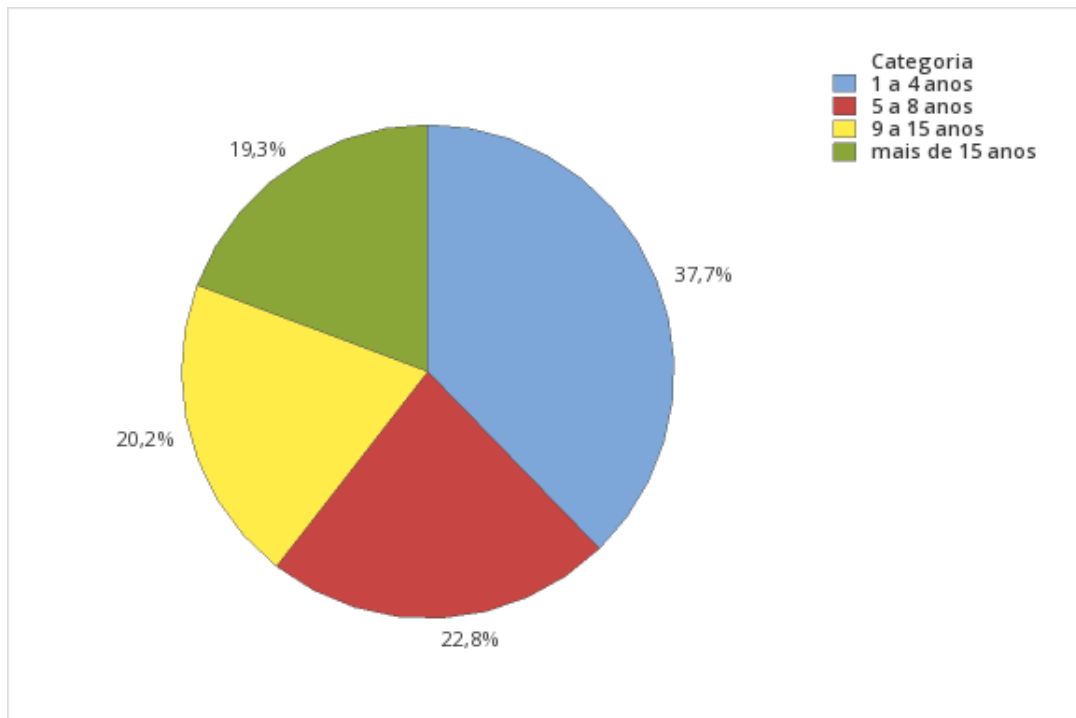
O nível médio de escolaridade da amostra destoa, em parte, da realidade brasileira à medida que todos os respondentes possuem no mínimo o curso superior completo. De acordo com dados da PNAD, de maneira geral, apenas 16,5% da população acima de 25 anos concluiu o ensino superior.

**Gráfico 5 - Escolaridade**





**Gráfico 6 - Tempo formado em Direito**



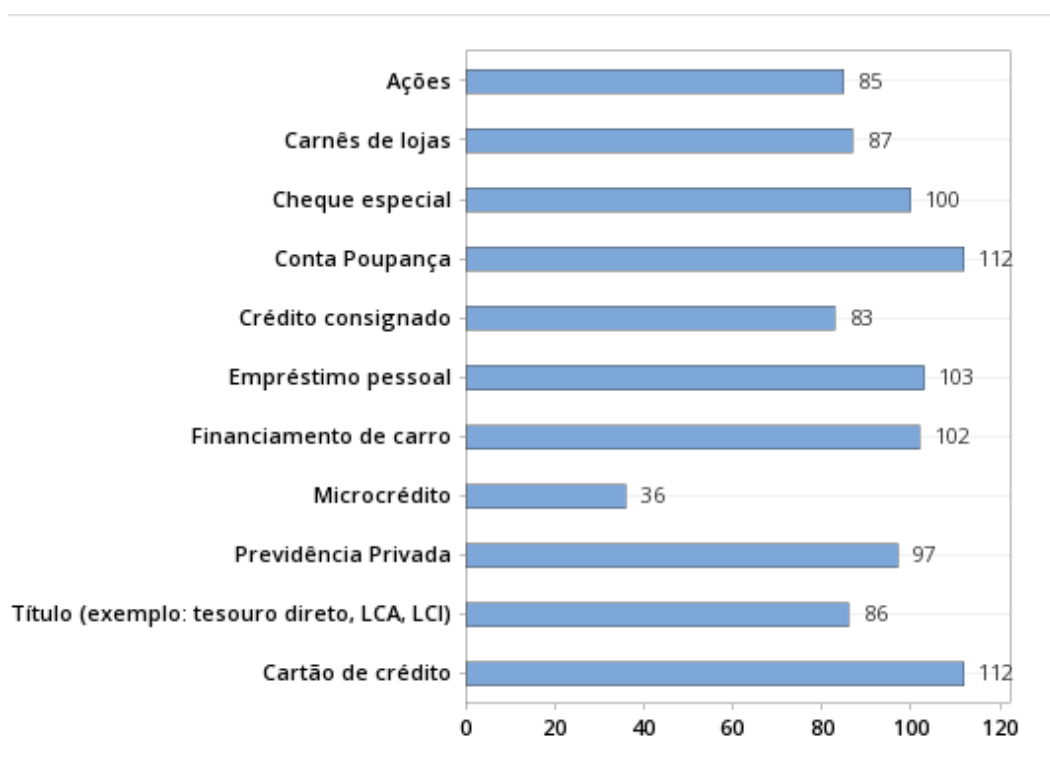
Outra questão referente ao perfil dos entrevistados é há quanto tempo foi finalizada sua graduação no curso de Direito. É possível observar no gráfico 6 que 37,7% dos respondentes, ou seja, 43 pessoas se formaram no curso de Direito em até 4 anos.

#### **4.2. Inclusão Financeira: uso de produtos e serviços financeiros**

De acordo com o Banco Central, a inclusão financeira pode ser entendida como o processo de acesso e uso pela população de serviços financeiros, que sejam adequados às suas necessidades e que auxiliem na melhoria da qualidade de vida. A abordagem referente à inclusão financeira utilizando o instrumento da pesquisa foca no uso de produtos e serviços financeiros.

Ao analisar o conhecimento dos respondentes sobre os produtos financeiros, podemos ver no Gráfico 7, a seguir, que todos os serviços citados são conhecidos. Sem considerar o microcrédito, todos os outros produtos são conhecidos por mais de 72,8% dos respondentes.

**Gráfico 7 - Conhecimento de produtos financeiros**



Para entender melhor a inclusão financeira dos advogados respondentes, também foram analisados quais dos produtos financeiros eles estão utilizando atualmente. Como pode-se ver no gráfico 8, 91,2% dos entrevistados estão utilizando cartões de crédito. Na pesquisa realizada no Brasil, o cartão de crédito também é o produto financeiro mais utilizado, com adesão de 45,0% dos respondentes. O cartão de crédito é de simples uso, mas o nível de endividamento é alto, principalmente pelas taxas de juros envolvidas no atraso do seu pagamento. (RIF, 2015)

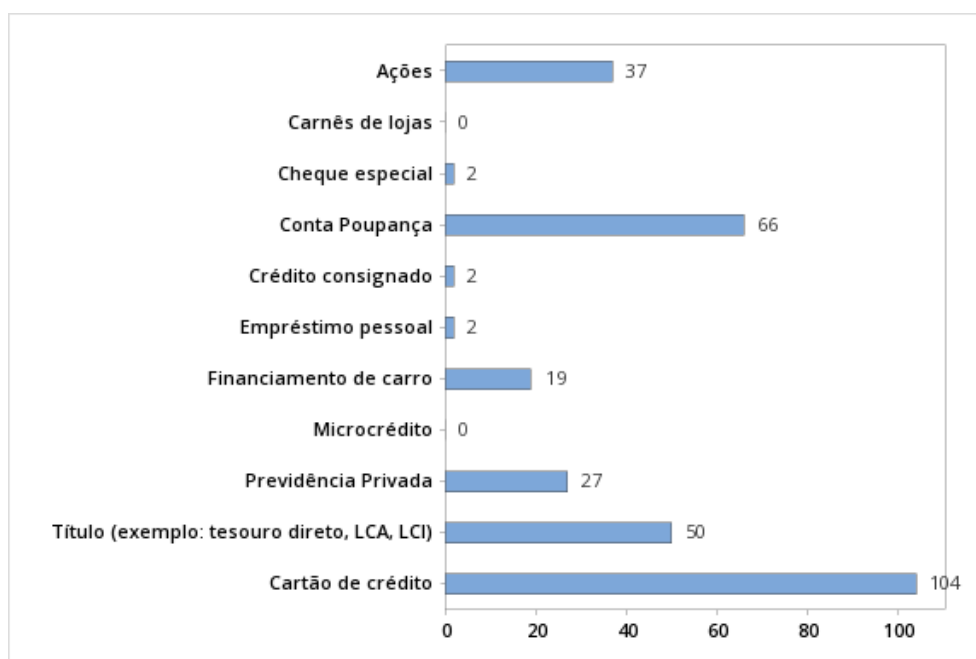
Além disso, 58% estão utilizando a conta poupança. Esse índice também é maior na amostra do estudo comparada à amostra da pesquisa aplicada no Brasil. Em geral, no Brasil, 20,3% dos respondentes utiliza a conta poupança.

No que quis respeito à investimentos, 76% dos entrevistados ou possuem ações ou títulos públicos, sendo as porcentagens de cada um 32,4% e 43,8% respectivamente. Essa variável se destoa bastante nos resultados do Brasil, visto que, na pesquisa aplicada pela RIF, apenas 1,1% dos respondentes ou possuem ações ou títulos públicos.

Esse é um comportamento positivo para o grupo analisado no estudo, demonstra grau de inclusão financeira elevado, visto que, em 2020 apenas 3% da população brasileira investiu em ações. (InfoMoney, 2020)

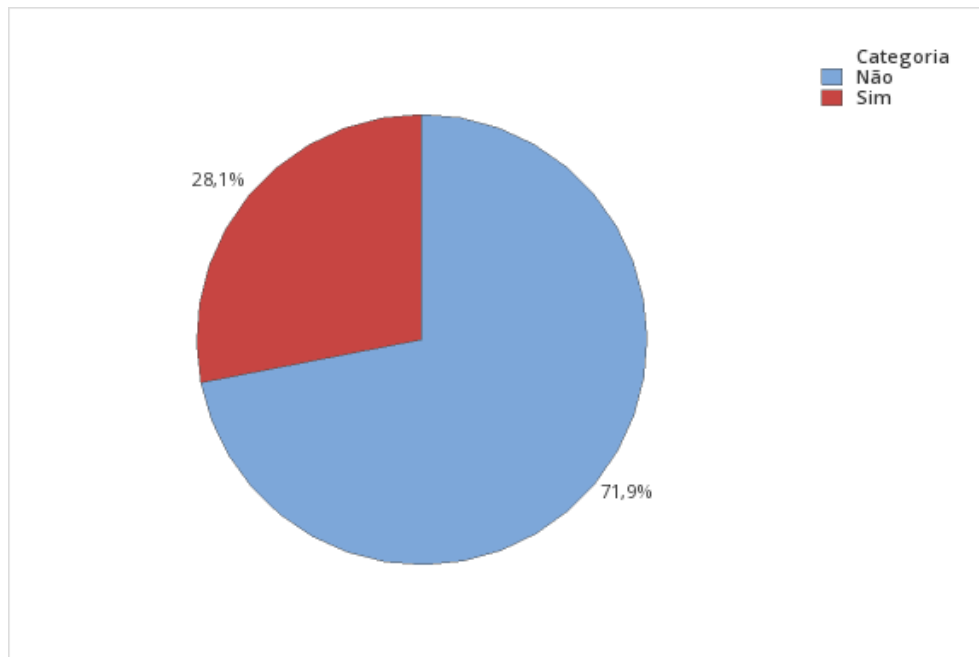
Além disso, as categorias cheque especial e empréstimo pessoal, que são consideradas opções para pessoas que podem ter dívidas, correspondem somente à 3,5% das opções utilizadas atualmente pelos respondentes. Na pesquisa aplicada pela RIF no Brasil, essas opções são utilizadas por 12,9% dos respondentes.

**Gráfico 8** - Uso atual de produtos financeiros



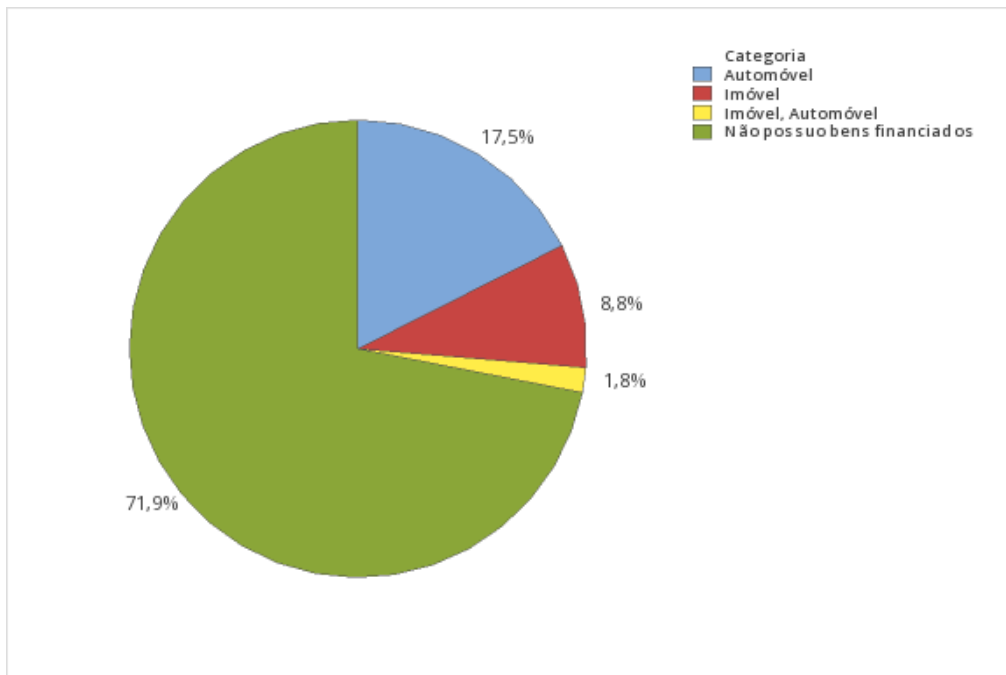
Outra análise feita para entender a inclusão financeira dos advogados liberais respondentes foi em relação à posse de bens financiados, como mostrado no gráfico 9. Apenas 28,1% dos respondentes possuem algum bem financiado. Na pesquisa aplicada pela RIF no Brasil, esse percentual é de 15%. O relatório aponta que, mesmo com um percentual baixo em respondentes que possuem bens financiados, menos de um terço dos respondentes não possui renda mensal comprometida com dívidas mensais, o que pode indicar alto grau de comprometimento da renda com crédito para consumo. Esse fenômeno também pode ser observado no estudo. No gráfico 31, presente na seção 4.2, apenas 31,6% da amostra não possui comprometimento da renda neste contexto.

**Gráfico 9 - Posse de bens financiados**



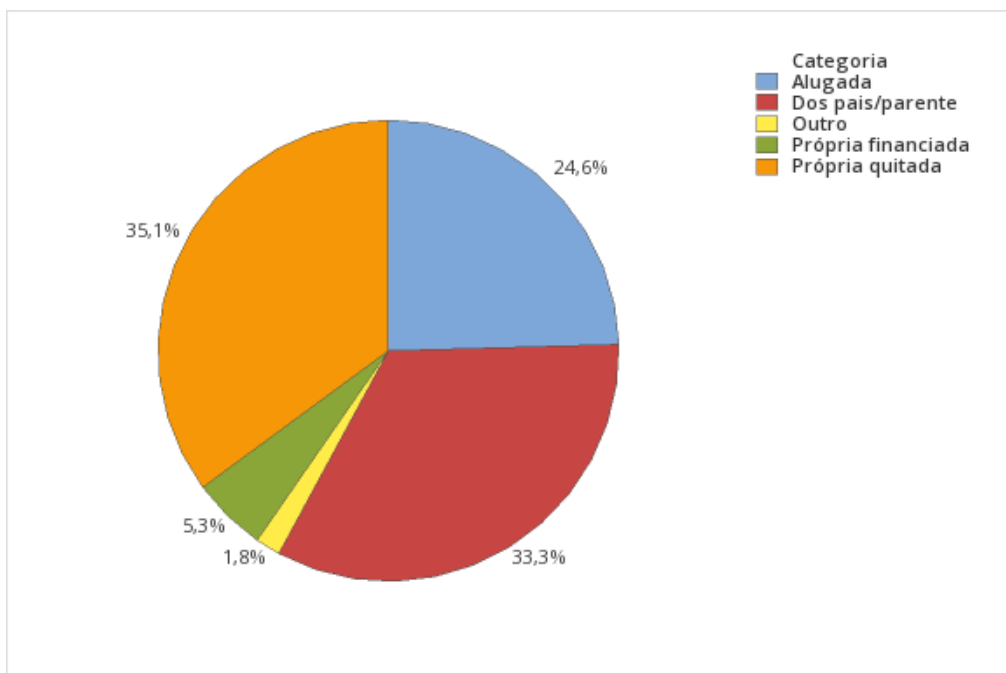
Em relação aos tipos de bens financiados, como pode ser observado no gráfico 10, o bem que é mais financiado pelos respondentes foi o automóvel, com 17,5% da amostra total. O percentual de respondentes que tem imóveis financiados é de 8,8%. Há também aqueles que estão financiando tanto imóveis quanto automóveis, 1,8% dos respondentes.

**Gráfico 10 - Tipos de bens financiados**



Por último, foi analisado o tipo de moradia que os respondentes vivem. Observando o Gráfico 11, podemos verificar que 35,1% dos respondentes possuem sua casa própria quitada e 33,3% dos respondentes moram em imóveis de pais ou parentes. Essa informação verifica a questão anterior, pois os respondentes declaram não possuir bens financiados, e observa-se que 68,4% dos respondentes estão nessas categorias.

**Gráfico 11 - Tipo de moradia**



Em relação à inclusão financeira, podemos inferir que os advogados que participaram da pesquisa possuem uma rotina em que há inclusão e conhecimento sobre os produtos e serviços financeiros. Além disso, destaca-se o fato de que alguns resultados da pesquisa realizada para os advogados liberais, quando comparados à pesquisa aplicada no Brasil, possuem indicadores mais favoráveis no que diz respeito à inclusão financeira. Exemplo disso é o alto índice de conhecimento e uso sobre produtos financeiros e o alto grau de inclusão em investimentos como ações e fundos.

#### **4.3. Alfabetização Financeira: Conhecimento**

A dimensão Conhecimento, no contexto da alfabetização financeira, tem o objetivo de medir o grau de entendimento dos respondentes em relação ao conhecimento em finanças básicas. São questões que abordam habilidades aritméticas, capacidade de entendimento de juros simples e compostos, inflação e diversificação de riscos. Há também uma questão de autoavaliação do grau em conhecimentos financeiros.

A compreensão da dimensão Conhecimento auxilia em melhores escolhas de serviços e produtos financeiros. Além disso, conhecimentos em aritmética tendem a fazer as pessoas serem mais independentes em eventos que são relacionados ao seu bem-estar financeiro. (BCB, 2015)

Ao analisar as respostas corretas da dimensão Conhecimento, é possível observar um elevado grau de acertos entre os advogados liberais respondentes. Em 25% das afirmações, 100% dos respondentes acertaram corretamente. Além disso, 75% das respostas obtiveram índices de acertos maiores que 90%.

Na pesquisa realizada pela RIF no Brasil, nenhuma questão foi acertada 100%, e apenas 16,7% das respostas obtiveram índices de acertos maiores que 90%. Isso indica uma diferença significativa dos resultados obtidos na pesquisa aplicada ao Brasil e no estudo. O grupo de estudo dos advogados possui conhecimento financeiro avançado.

As questões sobre taxa acumulada de inflação no Brasil em 2020, de entendimento de juros simples e compostos apresentaram os menores índices de acertos, sendo 51,8%, 61,4% e 79,8% respectivamente. Apesar disso, na

pesquisa aplicada pela RIF no Brasil, os índices de acertos nessas questões foram ainda menores, sendo respectivamente 27%, 50% e 30%.

Sendo assim, é possível observar uma diferença acentuada nos índices de acertos observados na população brasileira e no grupo de advogados liberais respondentes do estudo. Isso indica que, em comparação com os resultados gerais do Brasil, o grupo do estudo possui maiores habilidades de conhecimento financeiro.

Ao analisar a quantidade de acertos em relação ao conhecimento financeiro, segmentados por sexo, é possível verificar que entre metade das perguntas realizadas, o percentual de acerto foi maior entre os homens. Nos resultados do Brasil coletados pela RIF, essa tendência também é identificada e os homens são os que mais acertaram as questões.

As maiores diferenças entre os índices de acertos entre os sexos se dão nas questões de taxa de inflação acumulada no Brasil e de juros compostos, de 20,5% e 22,3% respectivamente.

**Tabela 1** - Percentual de acertos nas afirmativas sobre conhecimento financeiro por gênero

<b>Afirmiação</b>	<b>Geral</b>	<b>Gên. Feminino</b>	<b>Gên. Masculino</b>
É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco.	95,6%	94,0%	98,0%
Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.	100%	100%	100%
Uma pessoa deve investir em diferentes alternativas a fim de reduzir riscos (ex. poupança, ações, imóveis etc.).	96,5%	98,5%	93,6%
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.	93,0%	91,0%	95,7%
Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.	100%	100%	100%
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.	98,3%	89,6%	100%
Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidem	100%	100%	100%





Uma pessoa deve investir em diferentes alternativas a fim de reduzir riscos (ex. poupança, ações, imóveis etc.).	96,5 %	100%	96,2%	92,9%	88,9%	100%	100%
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.	93,0 %	77,8%	96,2%	100%	100%	89,5%	100%
Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.	98,3 %	100%	100%	85,7%	100%	100%	100%
Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Agora, imagine que um dos amigos tenha recebido o dinheiro e guardado no seu cofre em casa. Considerando que a inflação é de 5% ao ano, após um ano ele será capaz de comprar	92,1 %	88,9%	96,2%	92,9%	88,9%	84,2%	100%
Suponhamos que você pegasse emprestado R\$ 100 de um amigo e após uma semana pagasse R\$ 100 (cem reais). Quanto de juros você está pagando?	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Agora, suponhamos que você coloque R\$ 100 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?	79,8 %	77,8%	92,3%	64,3%	44,4%	73,7%	100%
E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período?	61,4 %	88,9%	57,7%	50%	22,2%	68,4%	100%
No Brasil, a taxa acumulada de inflação fechou 2020 em qual patamar?	51,8 %	55,6%	46,2%	64,3%	0,0%	73,7%	100%

Ao agregar as questões de Conhecimento em relação à renda individual dos advogados liberais respondentes, a pesquisa continha a opção de até 1 salário mínimo, que não foi marcada por nenhum respondente.

Verifica-se que os que na questão sobre a taxa de inflação acumulada, os respondentes que possuem renda individual de 2 a 5 salários mínimos possuem o maior índice de erro, de 58,3%. A amostra total é composta por 42,1% pessoas com tal renda.

Além disso, é possível verificar que os maiores índices de erros se concentram em quem possui a renda entre as duas opções mais baixas marcadas, de 2 a 5 salários mínimos e de 5 a 10 salários mínimos, que correspondem, juntos, à 77,2% da amostra total da pesquisa.

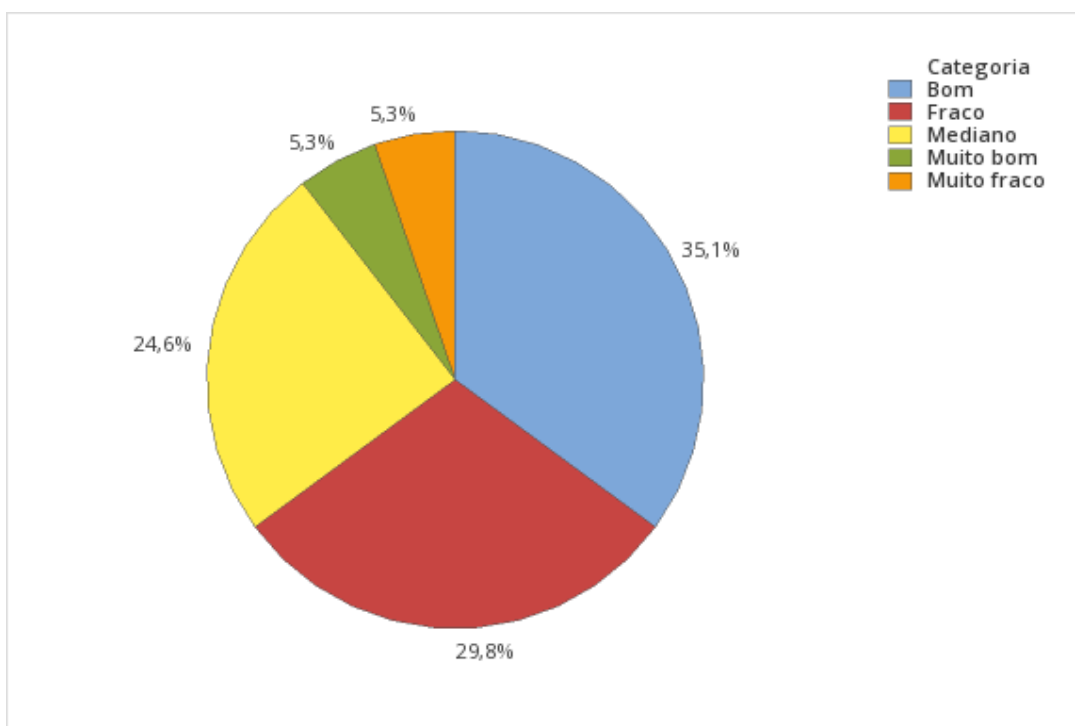
**Tabela 3** - Percentual de acertos nas afirmativas sobre conhecimento financeiro por renda individual

<b>Afirmção</b>	<b>Geral</b>	<b>De 2 a 5 s.m.</b>	<b>De 5 a 10 s.m.</b>	<b>De 10 a 20 s.m.</b>	<b>Mais de 20 s.m.</b>
É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco.	95,6%	95,8%	95,0%	92,9%	100%
Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.	100%	100%	100%	100%	100%
Uma pessoa deve investir em diferentes alternativas a fim de reduzir riscos (ex. poupança, ações, imóveis etc.).	96,5%	100%	100%	85,7%	83,3%
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.	93,0%	91,7%	95,0%	100%	83,3%
Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.	100%	100%	100%	100%	100%
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.	98,3%	95,8%	100%	100%	100%
Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?	100%	100%	100%	100%	100%
Agora, imagine que um dos amigos tenha recebido o dinheiro e guardado no seu cofre em casa. Considerando que a inflação é de 5% ao ano, após um ano ele será capaz de comprar	92,1%	95,8%	87,5	85,7%	100%

Suponhamos que você pegasse emprestado R\$ 100 de um amigo e após uma semana pagasse R\$ 100 (cem reais). Quanto de juros você está pagando?	100%	100%	100%	100%	100%
Agora, suponhamos que você coloque R\$ 100 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?	79,8%	79,2%	77,5%	71,4%	100%
E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período?	61,4%	58,3%	57,5%	64,3%	83,3%
No Brasil, a taxa acumulada de inflação fechou 2020 em qual patamar?	51,8%	41,7%	55,0%	78,6%	50,0%

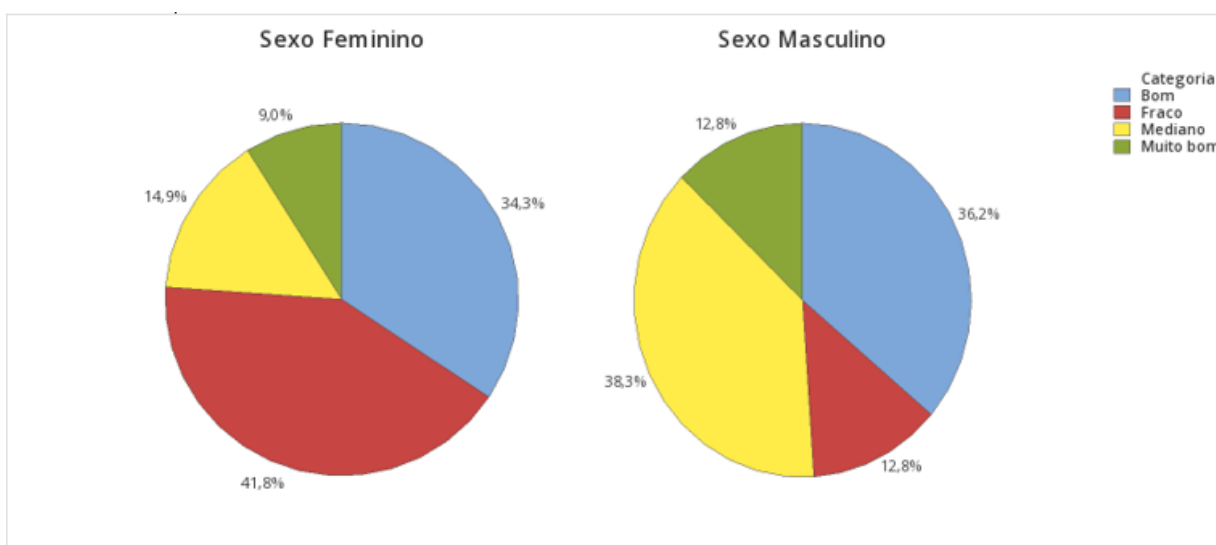
Na seção conhecimento, foi realizada a pergunta de autoavaliação do nível de conhecimento sobre finanças para avaliar a confiança dos respondentes. 40,4% dos respondentes considerou que possui um nível confiável de conhecimento, sendo que 35,1% consideram um nível bom e 5,3% declaram nível muito bom. Dado que o percentual de acertos nas questões da seção foi bastante elevado, a confiança vai de acordo com os resultados.

**Gráfico 12** - Autoavaliação de conhecimento em finanças



Quando a autoavaliação é categorizada por sexo, observa-se que a maioria das mulheres considera seu conhecimento em finanças *Fraco*, enquanto a maioria dos homens considera seu conhecimento em finanças *Bom*, 41,8% e 36,2% respectivamente. Além disso, enquanto 12,8% dos homens declara seu conhecimento em finanças *Muito bom*, nenhuma mulher marcou essa opção. 9,0% das mulheres ainda marcaram como *Muito fraco*, e nenhum homem marcou essa opção. Isso indica que os homens são mais confiantes em relação ao seu conhecimento financeiro.

**Gráfico 13** - Autoavaliação de conhecimento em finanças por sexo



#### 4.4. Alfabetização Financeira: Atitude

A dimensão da alfabetização financeira referente à *Atitude* pode ser interpretada como a disposição do respondente em relação à tomada de decisões financeiras. A qualidade da decisão tomada é determinante para uma atitude positiva em finanças.

Na seção *Atitude* do instrumento de pesquisa utilizado, foram feitas algumas afirmações que poderiam ser classificadas utilizando a escala Likert para refletir sobre o nível de concordância com a questão. As escalas de frequência de Likert utilizam respostas fixas para medir atitudes e opiniões. No instrumento de pesquisa a escala aplicada foi a de cinco pontos, em que 1 significa “Discordo totalmente” e 5 “Concordo totalmente”.

Em 2005, Oliveira propôs a aplicação do Ranking Médio (RM) para a análise utilizando a escala Likert. No modelo proposto, com os valores de 1 a 5 atribuídos para cada resposta, a média ponderada é calculada para cada item, tendo como base a frequência das respostas.

Assim, o Ranking Médio foi construído da seguinte forma:

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum (f_i V_i)$$

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \frac{MP}{NS}$$

$f_i$  = frequência observada de cada resposta para cada item

$V_i$  = valor de cada resposta

$NS$  = nº de sujeitos

Em relação às afirmações que refletem atitude financeira, os itens “A”, “B”, “D”, “E”, “F”, “K” são itens que uma maior discordância indica uma melhor atitude financeira. Todos os itens possuem RM com valores menores que 2,81, mantendo-se na escala de discordância. Isso indica uma boa atitude financeira dos advogados liberais respondentes.

As afirmações “C”, “G”, “H”, “I”, “J”, “L”, “M” e “P” correspondem à itens em que uma maior concordância indica uma melhor atitude financeira.

Os itens “C”, “G” e “H”, que correspondem às afirmações de controle e administração financeiros possuem RM de 4,66, 3,66 e 4,29 respectivamente. Esses índices indicam uma atitude positiva dos respondentes.

Os itens “J” e “M” são afirmações que buscam entender sobre o planejamento financeiro dos respondentes. O item “J” teve a maior nota de concordância, de 4,39. E o item “M” teve concordância de 3,54, e esses valores indicam uma atitude de organização financeira.

Além disso, podemos observar que o item “K” e “Q”, possuíram os menores índices de concordância, de 1,75 e 1,59 respectivamente. A afirmação “K” é referente ao planejamento de decisões financeiras. O item “Q” é referente ao planejamento de pagamentos e a pesquisa indica que os

respondentes não possuem dívidas atualmente, o que é uma ótima atitude financeira.

Quando se analisa a atitude financeira categorizada pelo sexo, o item “C” possui grande diferença. As mulheres possuem RM elevado no que diz respeito à capacidade de administração autônoma das finanças, de 4,32, enquanto para os homens o RM está 0,59 mais baixos.

Outras diferenças significativas foram nos itens “S” e “R”. No item “S”, as mulheres mostram possuir uma maior confiança em seu planejamento para a aposentadoria. No item “R”, os homens se mostram mais insatisfeitos com a situação financeira, em 0,81 a menos no índice.

**Tabela 4** - Ranking médio de concordâncias com as afirmativas sobre atitude financeira por gênero

tem	Afirmção	RM Geral	RM Gên. Feminino	RM Gên. Masculino
	Normalmente, eu fico mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para longo prazo.	2,21	2,17	2,24
	Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista.	2,49	2,45	2,52
	De modo geral, eu me sinto capaz de administrar sozinho as minhas finanças pessoais.	3,97	4,32	3,73
	Eu admiro pessoas que possuem bens, como roupas caras e carros de luxo.	2,81	2,98	2,69
	Quando eu compro alguma coisa, geralmente escolho a marca que os meus amigos/parentes irão aprovar.	2,17	2,26	2,10
	Eu tenho uma tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito.	2,14	2,17	2,12
	Eu pago as minhas contas em dia.	4,66	4,61	4,69
	Eu mantenho a minha vida financeira sob controle.	4,29	4,34	4,26
	Eu converso sobre as decisões financeiras com outras pessoas da minha família (ex. cônjuge, irmãos, pais, filhos).	3,61	3,89	3,40
	Antes de comprar algo, eu penso com cuidado se poderei pagar.	4,39	4,43	4,36
	Eu prefiro viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho.	1,75	1,55	1,90
	Estou preparado para arriscar uma parte do meu dinheiro quando poupo ou faço um	3,45	3,64	3,31

investimento.			
Eu estabeleço objetivos financeiros de longo prazo e busco atingi-los.	3,54	3,64	3,48
Dinheiro existe para ser gasto.	2,96	2,87	3,01
Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.	3,00	2,70	3,21
Eu costumo me preocupar com o pagamento das despesas normais do dia a dia.	3,40	3,49	3,34
Eu tenho muitas dívidas atualmente.	1,59	1,53	1,63
Estou satisfeito com minha situação financeira atual.	2,90	3,38	2,57
Eu confio no meu planejamento para a aposentadoria	3,07	3,55	2,73

Fonte: Autoral (2021)

Quando os dados são categorizados pela renda individual dos respondentes, é possível identificar no item “A” que os respondentes com rendas menores a 10 salários mínimos ficam menos satisfeitos em gastar o dinheiro de forma momentânea do que poupá-lo a longo prazo. Em rendas maiores, o índice de concordância aumenta e os respondentes estão mais propensos à gastar dinheiro. Isso também pode ser observado no item “F”, em que pessoas com uma renda maior, possuem maior tendência à gastar dinheiro de forma espontânea.

Isso se repete também no item “N”, em que respondentes com maiores rendas também acreditam que dinheiro serve para ser gasto. Respondentes com rendas maiores também assumem mais admirar bens materiais de terceiros.

**Tabela 5** - Ranking médio de concordâncias com as afirmativas sobre atitude financeira por renda individual

Item	Afirmiação	RM Geral	RM De 2 a 5 s.m.	RM De 5 a 10 s.m.	RM De 10 a 20 s.m.	RM Mais de 20 s.m.
A	Normalmente, eu fico mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para longo	2,21	2,15	2,15	2,57	2,33

	prazo.					
B	Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista.	2,49	2,37	2,38	2,00	3,00
C	De modo geral, eu me sinto capaz de administrar sozinho as minhas finanças pessoais.	3,97	3,77	3,77	3,86	4,33
D	Eu admiro pessoas que possuem bens, como roupas caras e carros de luxo.	2,81	2,79	2,79	2,71	3,17
E	Quando eu compro alguma coisa, geralmente escolho a marca que os meus amigos/parentes irão aprovar.	2,17	1,979	1,98	2,56	2,00
F	Eu tenho uma tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito.	2,14	1,71	1,71	2,29	2,83
G	Eu pago as minhas contas em dia.	4,66	4,69	4,69	4,79	4,83
H	Eu mantenho a minha vida financeira sob controle.	4,29	4,23	4,23	4,56	4,50
I	Eu converso sobre as decisões financeiras com outras pessoas da minha família (ex. cônjuge, irmãos, pais, filhos).	3,61	3,43	3,44	3,64	3,50
J	Antes de comprar algo, eu penso com cuidado se poderei pagar.	4,39	4,56	4,56	4,14	4,67
K	Eu prefiro viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho.	1,75	1,73	1,73	1,57	1,67
L	Estou preparado para arriscar uma parte do meu dinheiro quando poupo ou faço um investimento.	3,45	3,25	3,25	3,79	4,17
M	Eu estabeleço objetivos financeiros de longo prazo e busco atingi-los.	3,54	3,56	3,56	4,00	3,16
N	Dinheiro existe para ser gasto.	2,96	2,90	2,90	3,5	3,33
O	Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.	3,00	3,56	3,56	2,36	1,50
P	Eu costumo me preocupar com o pagamento das despesas normais do dia a dia.	3,40	3,60	3,60	3,79	2,5
Q	Eu tenho muitas dívidas atualmente.	1,59	1,65	1,65	1,5	1,67

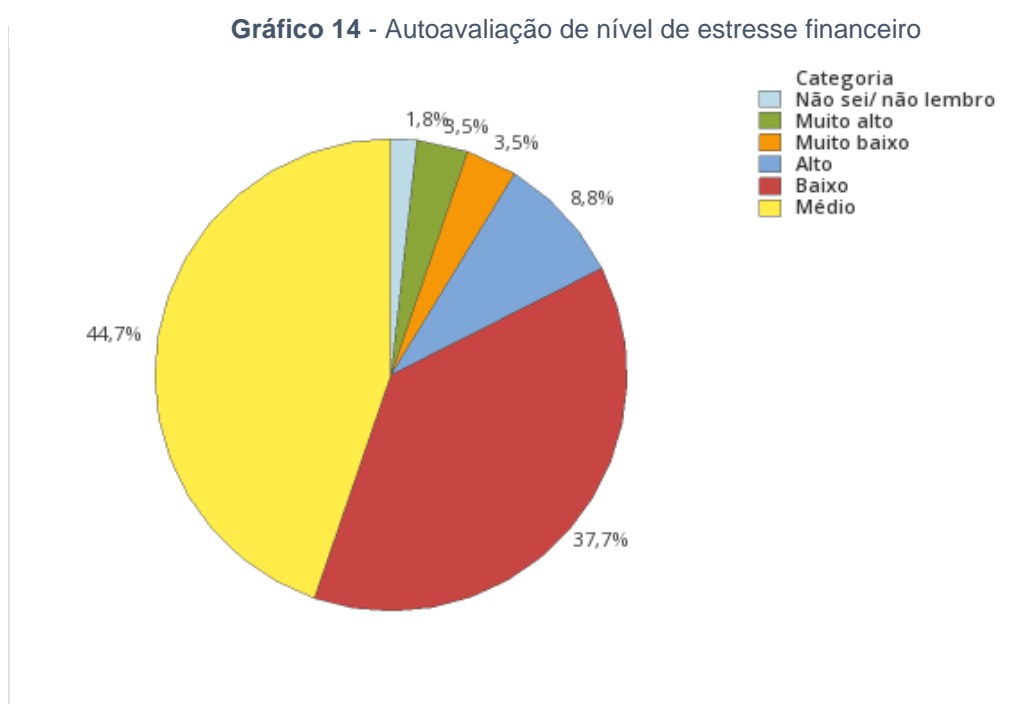


R	Estou satisfeito com minha situação financeira atual.	2,90	2,25	2,25	3,57	4,33
S	Eu confio no meu planejamento da aposentadoria.	3,07	2,52	2,52	4,14	3,83

Fonte: Autoral, (2021)

Outra questão abordada na seção de Atitude financeira envolve a autoavaliação dos respondentes em relação ao nível de estresse financeiro. O estresse financeiro diz respeito ao sentimento de ansiedade e estresse que situações financeiras podem gerar, como realizar pagamentos, planos de futuro etc.

Como se pode observar no gráfico 14, pouco mais de 80% dos respondentes consideram seu nível de estresse financeiro baixo ou médio, sendo 37,7% baixo e 44,7% médio.



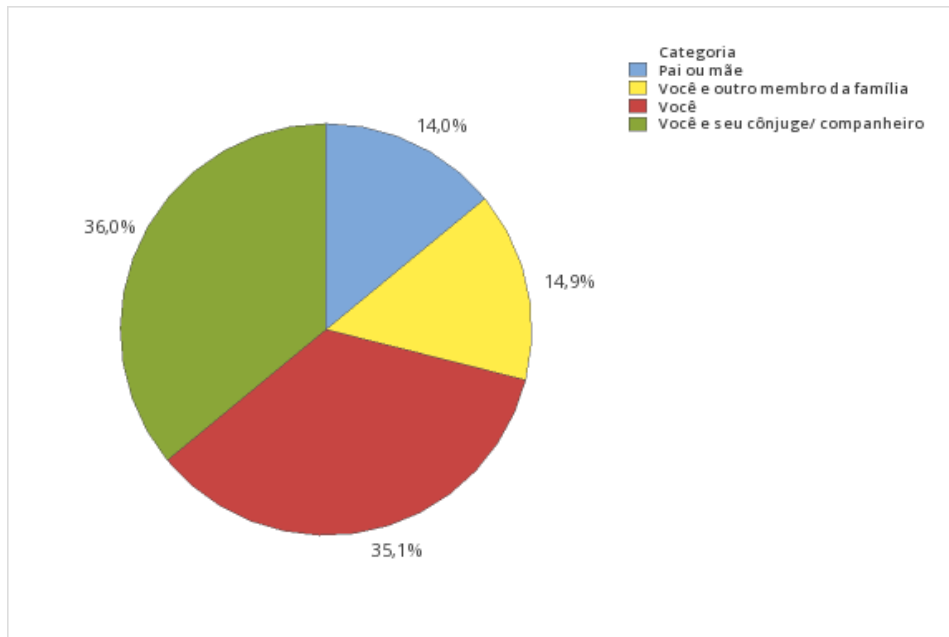
#### 4.5. Alfabetização Financeira: Comportamento

A dimensão comportamento é determinante para a situação financeira e afeta diretamente o bem-estar das pessoas. Comportamentos que envolvam

planejamento e responsabilidades demonstram comportamentos favoráveis financeiramente.

O gráfico 15, representado a seguir mostra que 36% dos respondentes é responsável pelas finanças de casa juntamente com seu cônjuge, 35,1% é responsável pelas finanças sozinho.

**Gráfico 15** - Responsável pelas decisões financeiras na casa

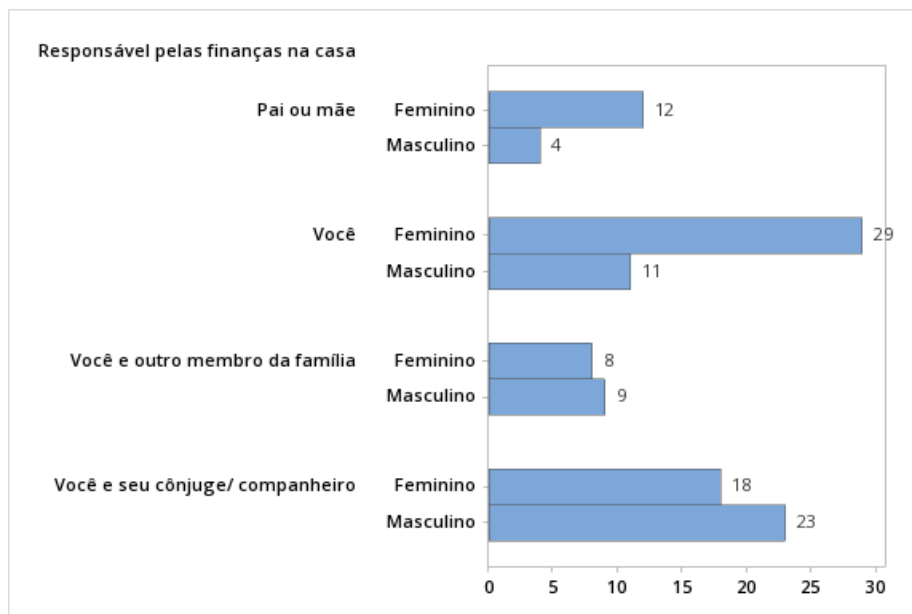


Observando os dados por sexo, podemos observar no gráfico 16 abaixo que, sendo os pais os responsáveis pelas finanças em casa, a população feminina da amostra possui três vezes mais respondentes na categoria.

Na categoria sendo o próprio responsável pelas finanças em casa, as mulheres possuem 62% a mais de respondentes.

As categorias que envolvem repartição de responsabilidade entre o respondente e membro da família ou cônjuge são mais equilibradas, e possuem distribuição mais uniforme entre os sexos.

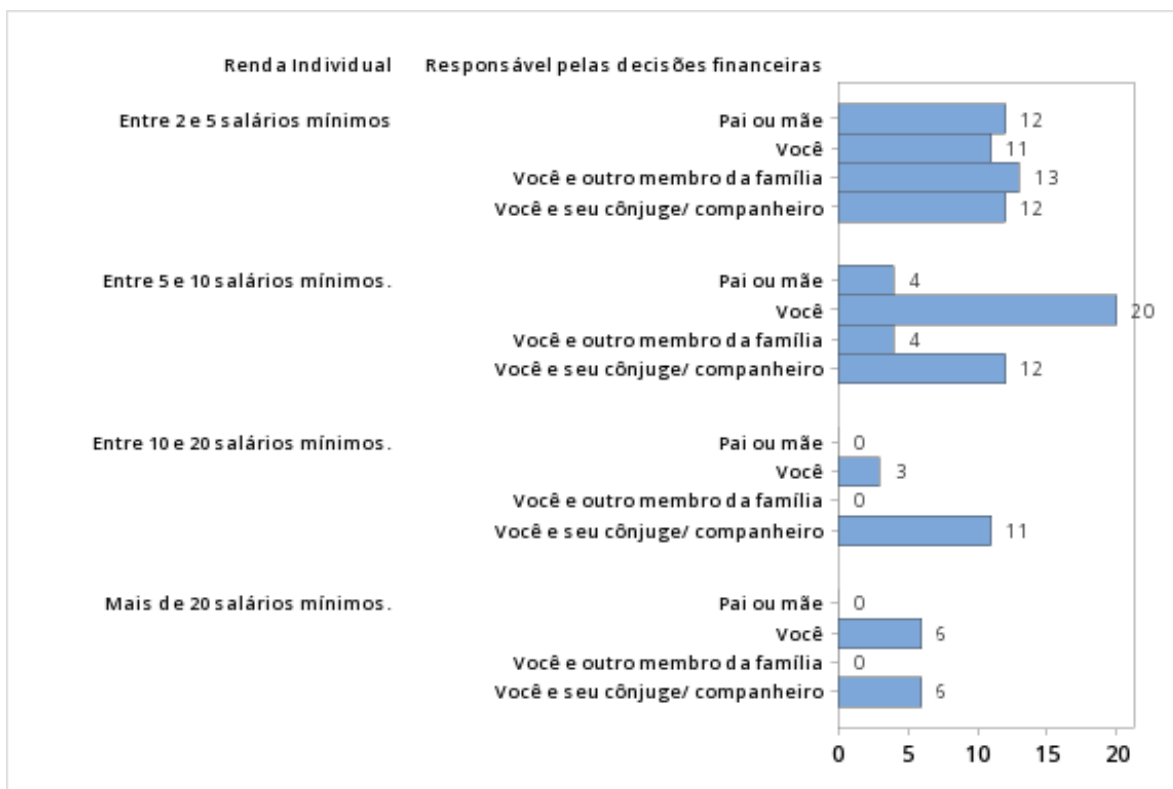
**Gráfico 16** - Responsável pelas decisões financeiras na casa por sexo



Quando os dados são categorizados em relação à renda individual dos respondentes, temos uma maior distribuição dos dados entre as duas categorias abaixo de 10 salários mínimos. É possível perceber que a categoria de até 5 salários mínimos possui uma distribuição equilibrada entre as alternativas. Já a categoria de até 10 salários mínimos, em que 50% dos respondentes declara ser o responsável pelas decisões financeiras da casa.

Além disso, nas duas outras categorias, que indicam rendas individuais entre 10 e mais de 20 salários mínimos, somente as alternativas referentes ao próprio respondente ser responsável, com 35% das respostas, e do respondente e seu cônjuge serem responsáveis em conjunto, com 65% das respostas.

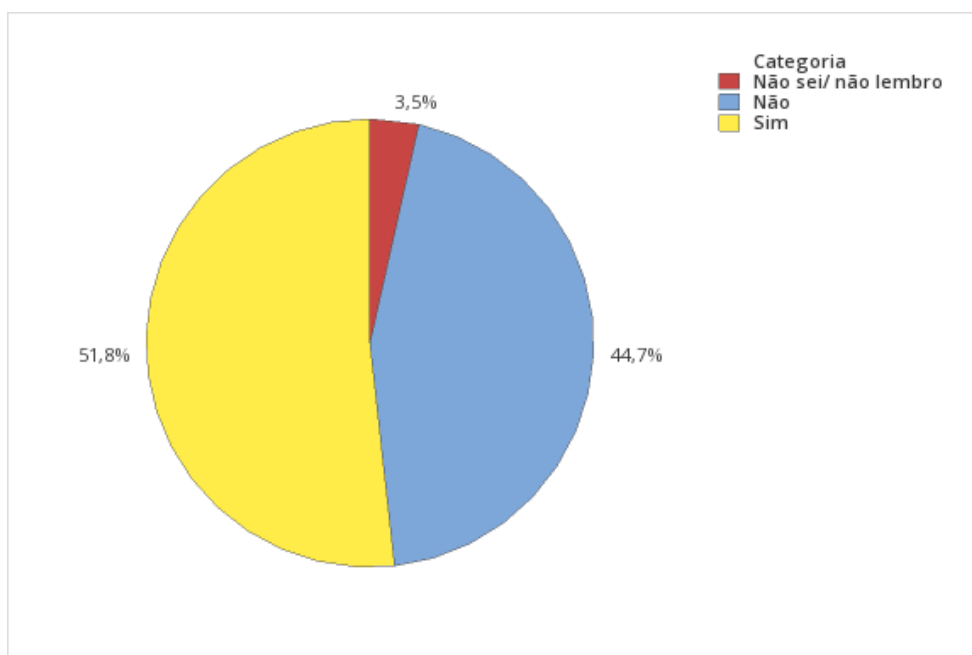
**Gráfico 17** - Responsável pelas decisões financeiras na casa por renda individual



A realização de orçamento doméstico ou familiar pode levar os respondentes à melhores decisões financeiras, como ter o hábito de poupar, verificar gastos excessivos que podem ser cortados, e ter uma visão mais certa sobre a sua situação financeira.

A pergunta sobre a realização de orçamento doméstico ou familiar revela que há um equilíbrio entre as pessoas que fazem o orçamento, 44,7%, ou seja, 51 respondentes. Já os respondentes que não fazem o orçamento doméstico, correspondem a 51,8% dos respondentes, 59 respondentes.

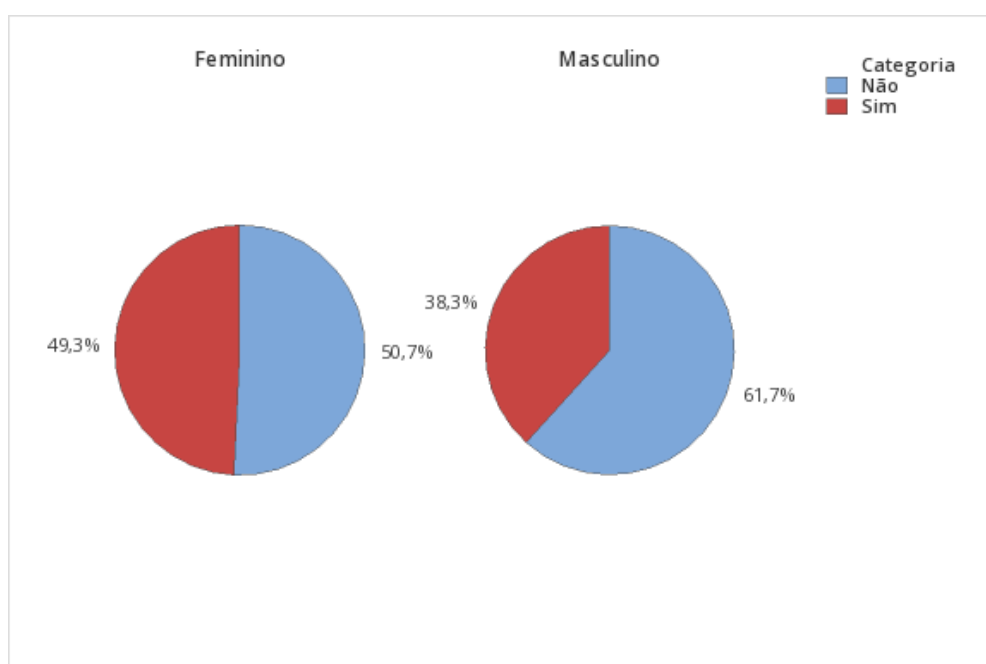
**Gráfico 18** - Realização de orçamento familiar



No instrumento de pesquisa, também há uma questão referente à realização de poupança de parte dos rendimentos nos últimos 12 meses, 44,7% dos respondentes dizem que pouparam no último ano.

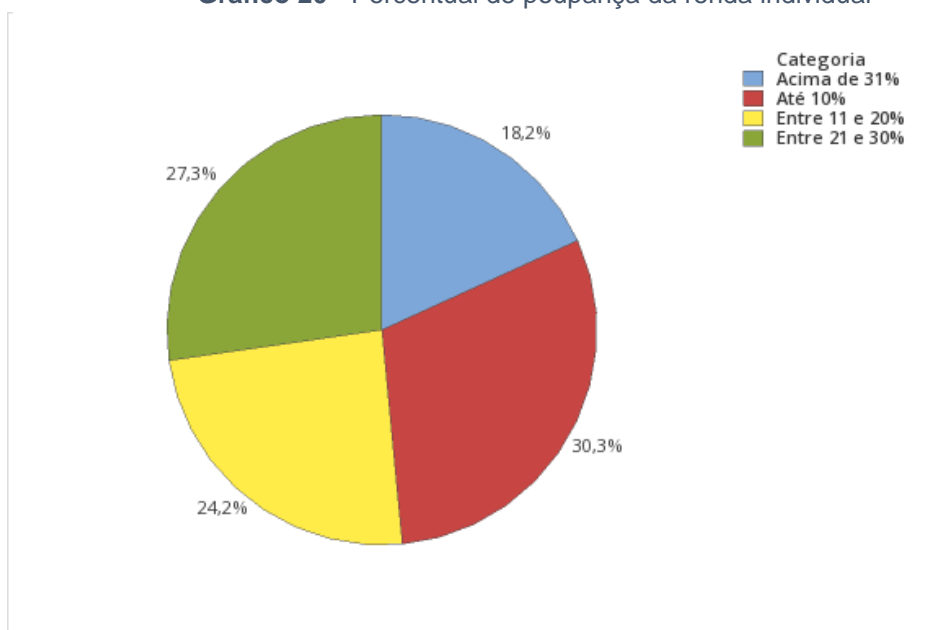
Quando segmentamos os dados pelo sexo dos respondentes, é possível observar que 49,3% das respondentes mulheres pouparam nos últimos 12 meses, enquanto esse índice para os homens é 11% menor, com 38,3%.

**Gráfico 19 - Realização de orçamento familiar por sexo**



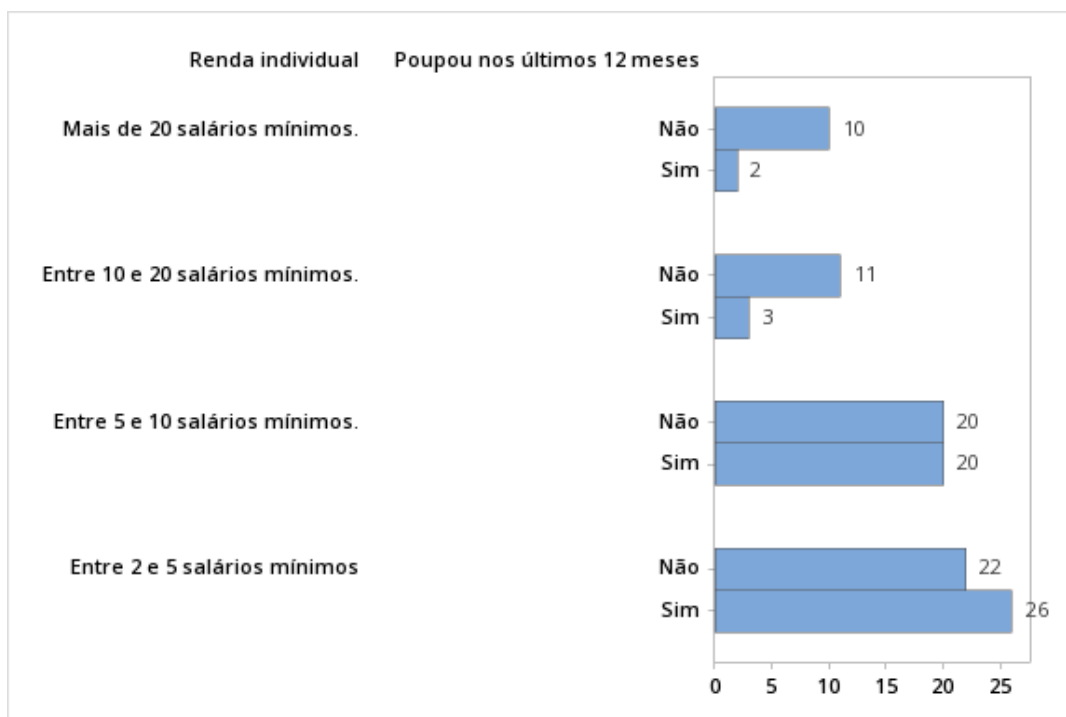
Em relação aos respondentes que pouparam dinheiro nos últimos 12 meses, 30,3% responderam ter poupado em até 10% de sua renda individual. 27,3% dos respondentes afirmam terem poupado entre 21 e 30% de sua renda. É possível perceber que os respondentes têm poupado um percentual considerável de sua renda, comportamento positivo da alfabetização financeira.

**Gráfico 20** - Percentual de poupança da renda individual



Em relação à segmentação por renda individual dos respondentes, é possível analisar que os respondentes que possuem renda entre 2 e 5 salários mínimos e os respondentes que possuem renda de até 10 salários mínimos se equilibram em terem poupado ou não nos últimos 12 meses.

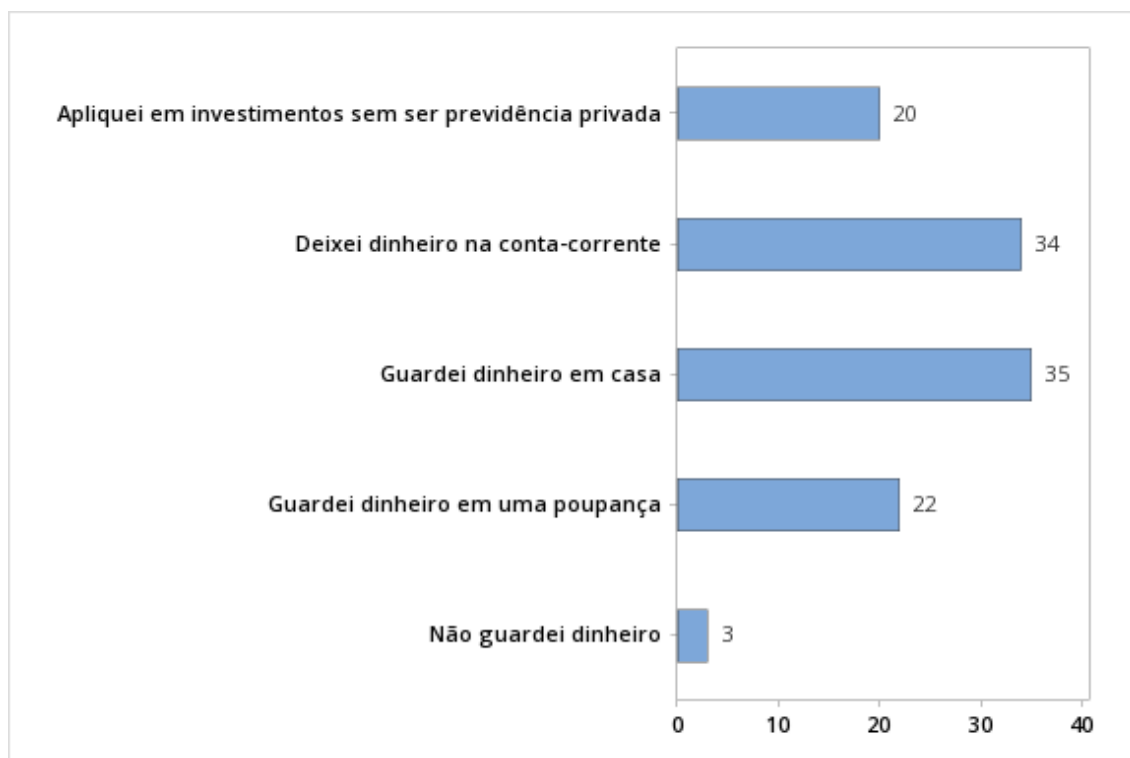
**Gráfico 21 - Poupou nos últimos 12 meses por renda individual**



Para os respondentes que possuem renda individual a partir de 10 salários mínimos, a sua maioria não poupou nos últimos doze meses. Na categoria entre 10 e 20 salários mínimos, apenas 21,4% dos respondentes aplicam em caderneta de poupança. Já os respondentes com renda maior que 20 salários mínimos, esse percentual é ainda menor, com 16,6% dos respondentes afirmando positivo para a questão.

Na questão que envolve se o respondente poupou algum dinheiro de alguma forma nos últimos 12 meses, pode-se analisar que somente 3% dos respondentes não poupou de nenhuma maneira. 30% dos respondentes afirma ter guardado dinheiro em casa, e 29% afirma ter deixado dinheiro em sua conta corrente. Além disso, 18% dos respondentes afirmam ter aplicado seu dinheiro guardado, em investimentos fora a previdência privada.

**Gráfico 22** - Meios que poupou nos últimos 12 meses



Quando segmentamos os dados pelo sexo dos respondentes, podemos notar que, o item mais marcado entre as mulheres sobre ter poupado algum dinheiro, foi guardar dinheiro em casa, que corresponde a 33% das respondentes. Esse índice nos homens foi de 28%.

O meio com que os respondentes homens mais selecionaram como maneira de guardar dinheiro foi deixando-o na conta corrente, e corresponde a 34% das respostas masculinas. Esse item, na população feminina, corresponde a 27% das respostas.

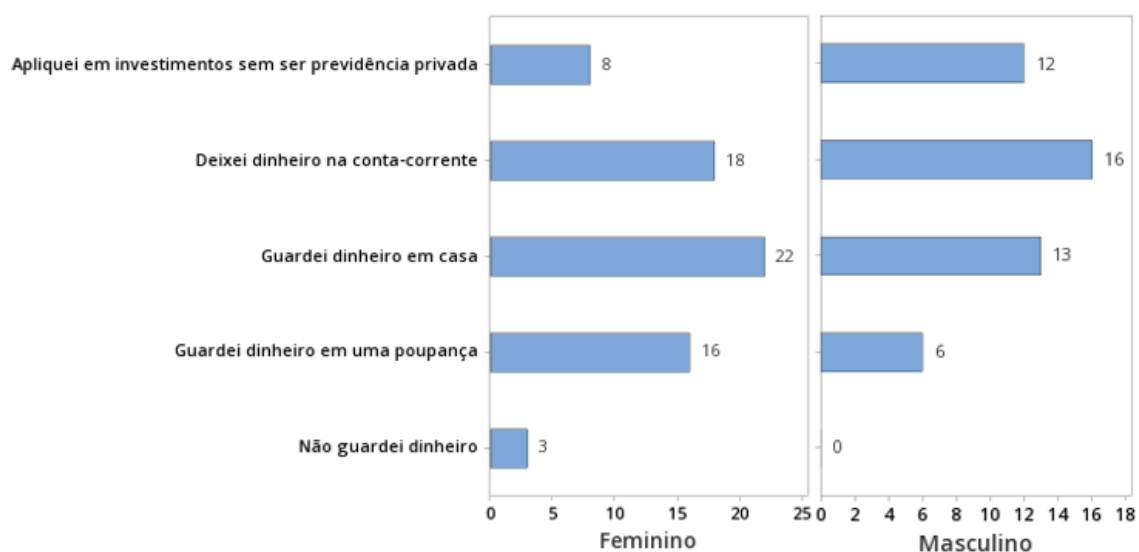
Além disso, 4% somente das mulheres respondentes afirmaram não terem guardado dinheiro, esse índice dos homens é 0%.

Em relação à investimentos, 26% dos homens respondentes afirmam ter aplicado o dinheiro que guardou. Esse índice nas mulheres é de 11%, apenas.

Apesar de certas diferenças comportamentais entre mulheres e homens do estudo, a amostra geral prevê que o grupo possui comportamentos positivos em relação aos seus hábitos. Isso pode ser observado pelo alto índice de responsabilidade financeira doméstica e hábitos de poupança.



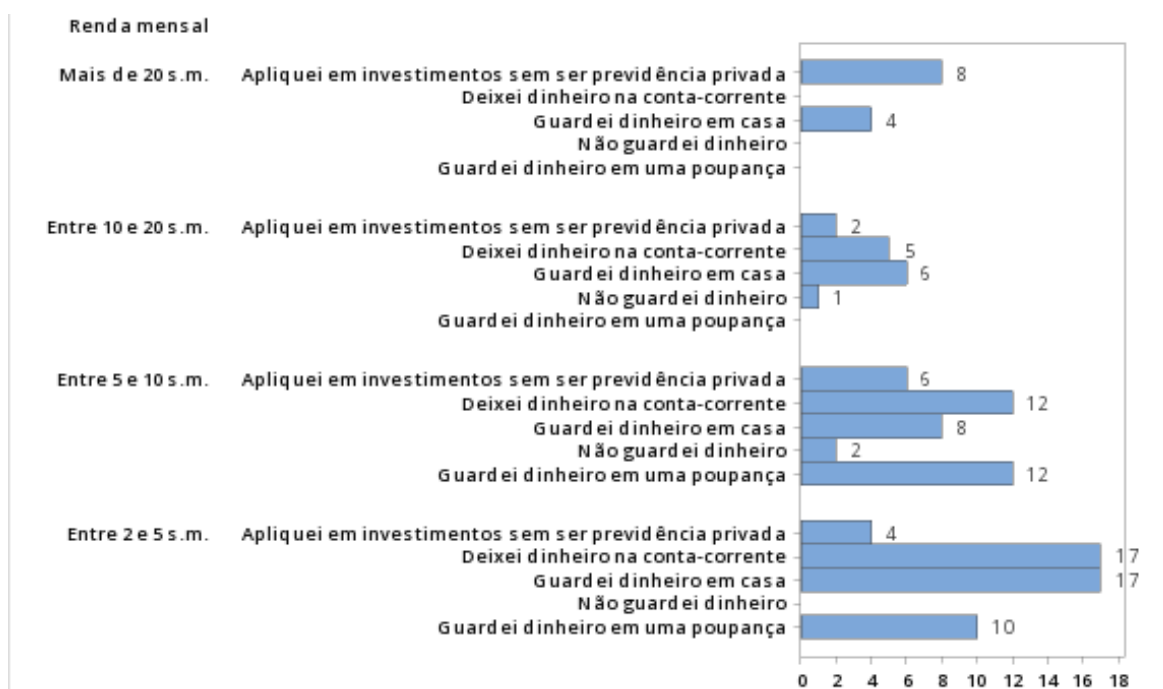
**Gráfico 23** - Meios que poupou nos últimos 12 meses por sexo



Quando os dados são segmentados pela renda mensal individual dos respondentes, é possível perceber que, tanto proporcionalmente, como em números absolutos, os respondentes com renda individual maior que 20 salários mínimos são os que mais aplicam seu dinheiro em investimentos. Para os respondentes com tais rendas, é uma representação de 40% dos meios de resguardo do dinheiro.

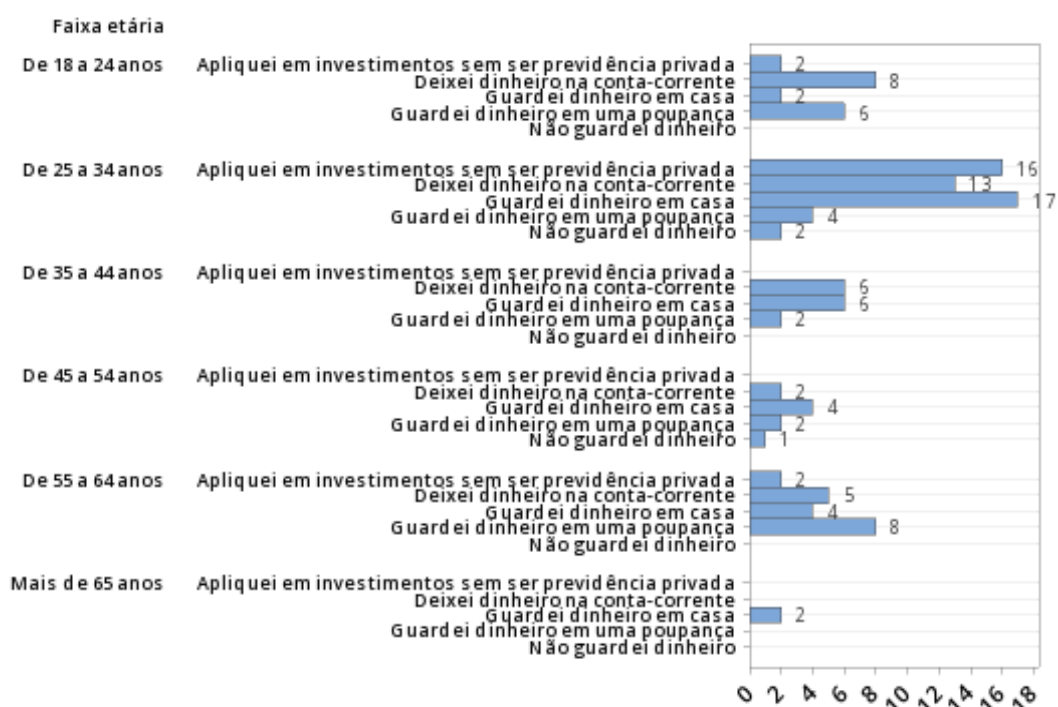
Além disso, na população da amostra que possui renda entre 2 e 5 salários mínimos, que corresponde a 42% do total, os meios mais utilizados para se guardar dinheiro são deixar na conta corrente e guardar em casa, ambas correspondem a 45% das escolhas do grupo.

**Gráfico 24 - Meios que poupou por renda individual**



Analisando os dados sobre as opções de se guardar dinheiro nos últimos 12 meses, agora segmentados pela faixa etária dos respondentes, somente as faixas etárias de 25 a 34 anos e de 45 a 54 anos não guardaram dinheiro. No grupo de 25 a 34 anos, que corresponde a 46% de todo o grupo amostral da pesquisa, a aplicação de investimentos e a opção por guardar dinheiro em casa correspondem a 31% e 33% das escolhas.

**Gráfico 25** - Meios que poupou nos últimos 12 meses por faixa etária

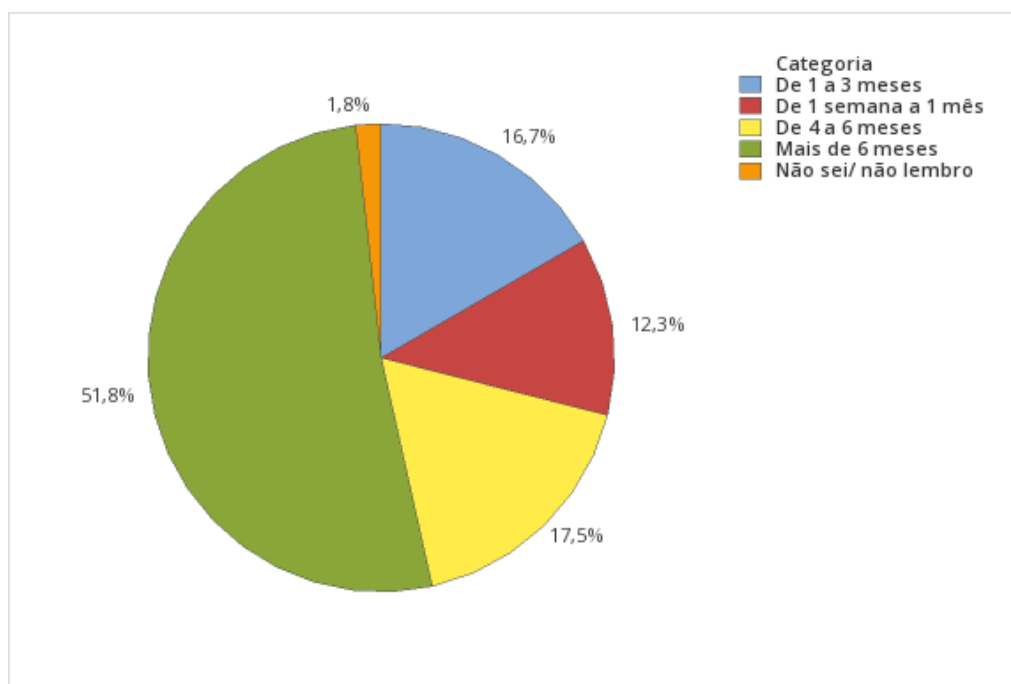


Na seção também há uma questão relacionada ao tempo que os respondentes acreditam que conseguiriam cobrir o custo de vida sem fazer empréstimo, caso perdessem a principal fonte de renda.

Um pouco mais da metade dos advogados liberais, exatamente 51,8%, respondeu que conseguiria manter seus custos de vida por mais de 6 meses. Esse valor demonstra que o grupo da amostra possui um comportamento positivo em relação a ter uma reserva de dinheiro, caso seja necessário. E ainda, os respondentes que afirmaram se manter por 4 a 6 meses correspondem a 17,5%. As porcentagens somadas dessas duas categorias de tempos mais longos correspondem a 69,3%.

Ainda assim, 12,3% dos respondentes afirmaram só conseguir se manter sem sua renda atual por no máximo um mês.

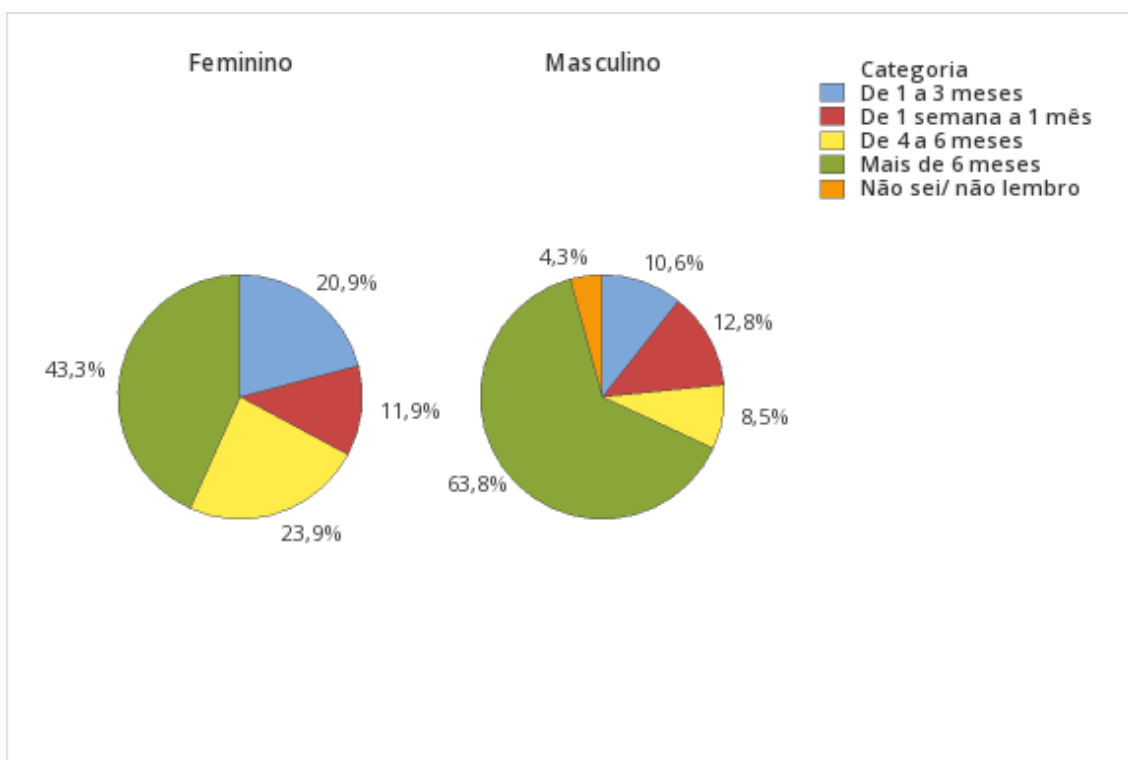
**Gráfico 26** - Tempo que conseguiria se manter financeiramente sem sua principal fonte de renda



Segmentando os dados de acordo com o sexo dos respondentes, pode-se observar uma diferença significativa entre os respondentes que afirmaram ter condições de se manter por mais de 6 meses. Enquanto para o sexo masculino esse percentual é de 63,8%, nas mulheres respondentes o percentual cai para 43,3%. Além disso, é possível observar que as mulheres respondentes possuem uma maior distribuição entre as categorias intermediárias. 23,9% afirmaram possuir condições de se manterem de 4 a 6 meses, e 20,9% na categoria de até 3 meses. Enquanto para os homens das duas categorias, o percentual é de 8,5% e 10,6% respectivamente.

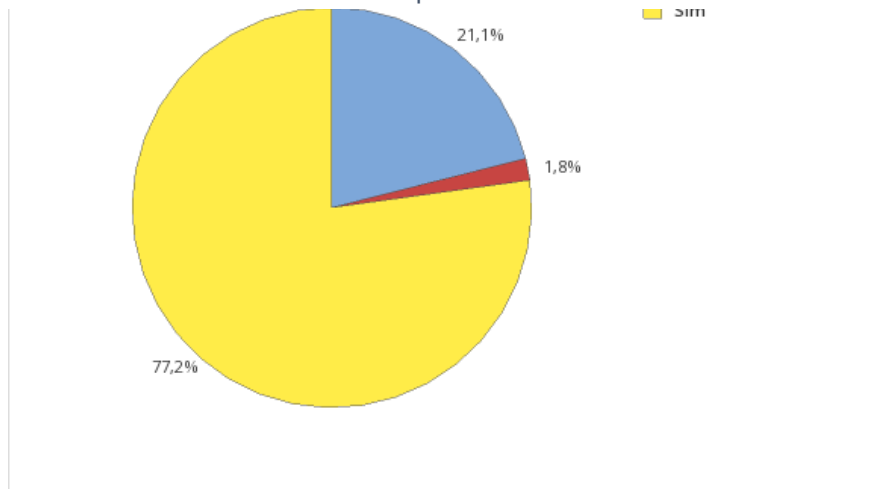
Em relação aos respondentes que só conseguem se manter por até um mês, para os dois sexos, as porcentagens são semelhantes. Para as mulheres da categoria, o percentual é de 11,9%, enquanto para os homens é de 12,8%.

**Gráfico 27** - Tempo que conseguiria se manter financeiramente sem sua principal fonte de renda por sexo



Na questão sobre o caso de ter uma despesa alta inesperada hoje, que fosse equivalente a todo o rendimento mensal dos respondentes, se teriam condições de pagá-la sem pedir dinheiro emprestado ou sem a ajuda de amigos ou da família, 77,2% dos respondentes afirmam que teriam o dinheiro necessário. Isso mostra que o grupo da amostra possui dinheiro guardado e que se preocupam em guardar para caso seja necessário.

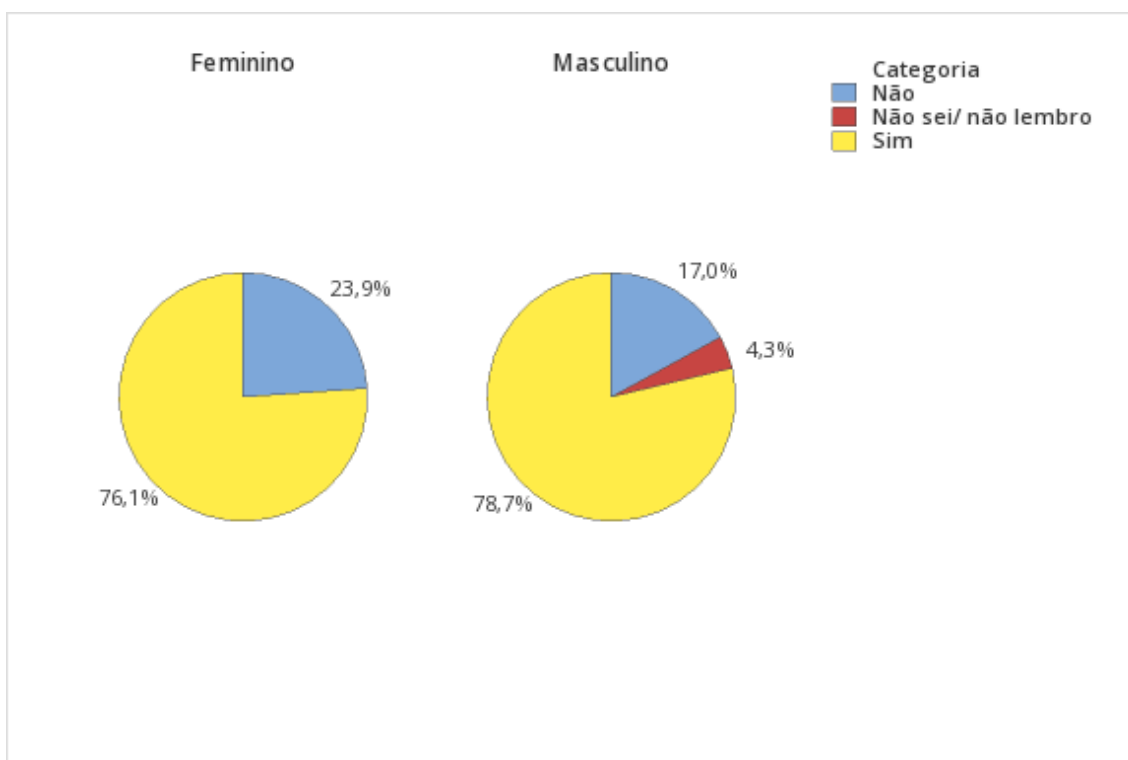
**Gráfico 28** - Caso tenha uma despesa inesperada no valor do rendimento mensal, se conseguiria pagar sem pedir dinheiro emprestado



Segmentando os dados da questão sobre ter dinheiro guardado para uma despesa inesperada, os índices se mantêm proporcionais, tanto para homens como para mulheres, sendo 78,7% e 76,1% respectivamente.

A diferença principal entre essa segmentação por sexo é que, enquanto as mulheres só responderam “Sim” e “Não” para a questão, 4,3% dos homens responderam não saberem ou não lembrarem.

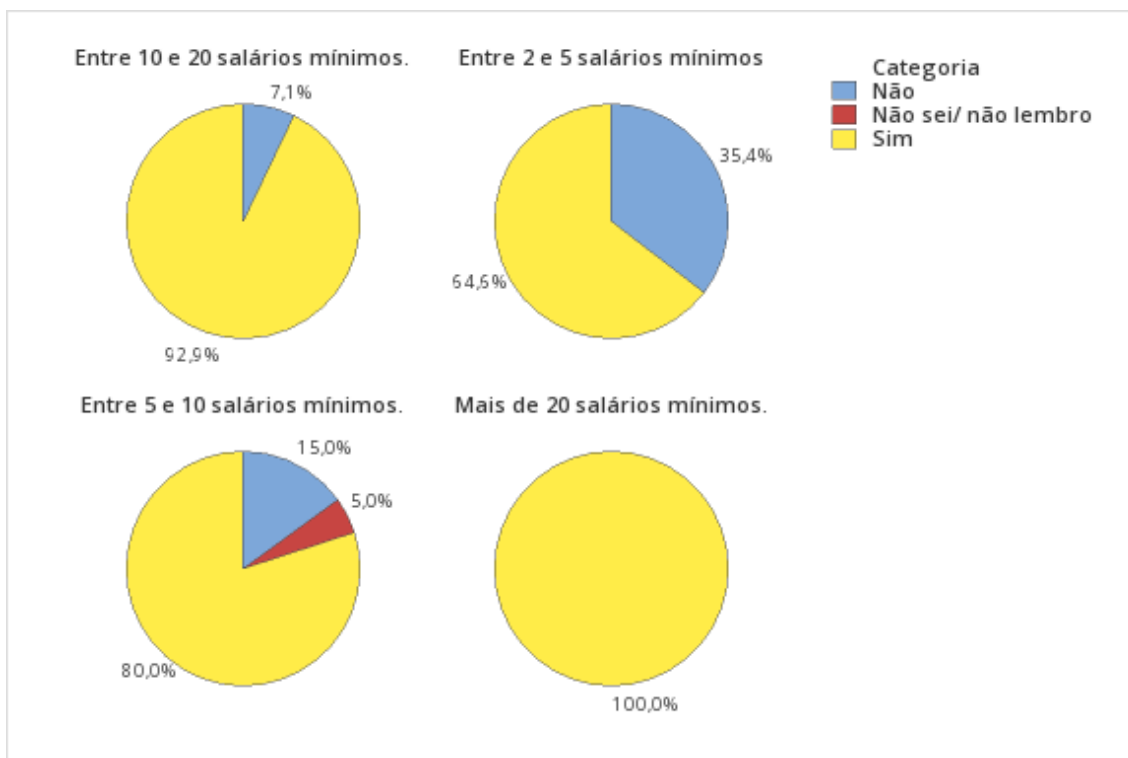
**Gráfico 29** - Caso tenha uma despesa inesperada no valor do rendimento mensal, se conseguiria pagar sem pedir dinheiro emprestado por sexo



Segmentando os dados da questão pela renda individual dos respondentes, pode-se observar que a maioria dos respondentes que afirmaram não conseguir cobrir uma despesa inesperada equivalente à sua renda individual, também é correspondente à categoria com a menor renda individual, de até 5 salários mínimos. O índice para esse grupo não ser capaz de cobrir a despesa inesperada é de 35,4%, mais que o dobro dos índices das outras categorias.

É possível observar que o índice de não capacidade de lidar com a situação vai diminuindo em relação às categorias e ao aumento de sua renda disponível, praticamente pela metade a cada categoria, e chegando a 0% para os respondentes que possuem renda individual de mais de 20 salários mínimos.

**Gráfico 30** - Caso tenha uma despesa inesperada no valor do rendimento mensal, se conseguiria pagar sem pedir dinheiro emprestado por renda individual



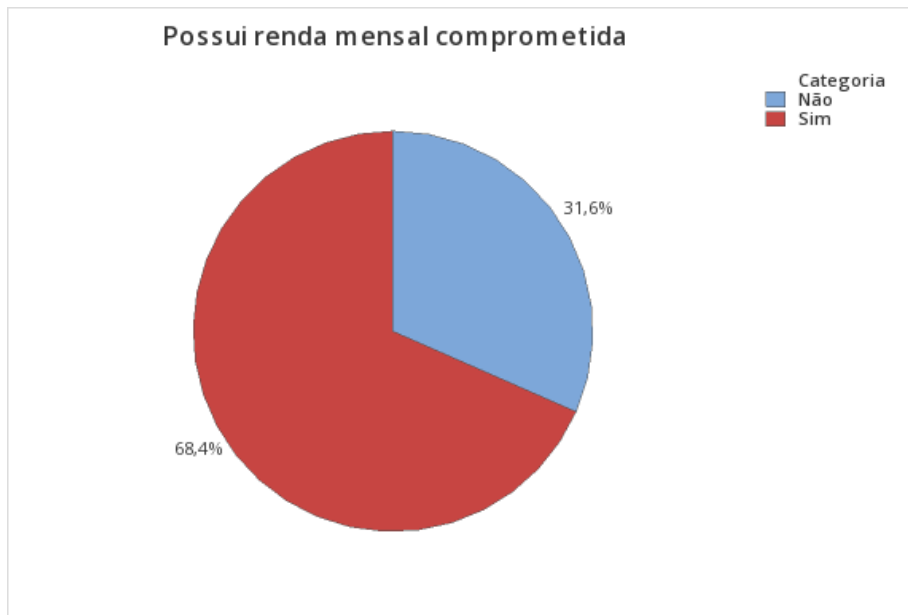
Para entender melhor a situação financeira dos respondentes, a questão aplicada sobre o comprometimento da renda com dívidas mensais, como cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal ou financiamento ilustrada no gráfico 31, nos revela que a maioria dos respondentes tem sua renda mensal comprometida com este tipo de dívida, equivalente a 68,4% dos respondentes.

Esse resultado se aproxima dos dados colhidos na pesquisa realizada pela RIF no Brasil, em que 73% dos participantes afirmou ter sua renda comprometida com este tipo de dívida.

Como o uso de cartão de crédito é feito por 91,2% dos respondentes, como visto na seção 4.2., podemos entender a relação do alto índice de respondentes com renda mensal comprometida.



**Gráfico 31** - Possui renda mensal comprometida com dívidas mensais



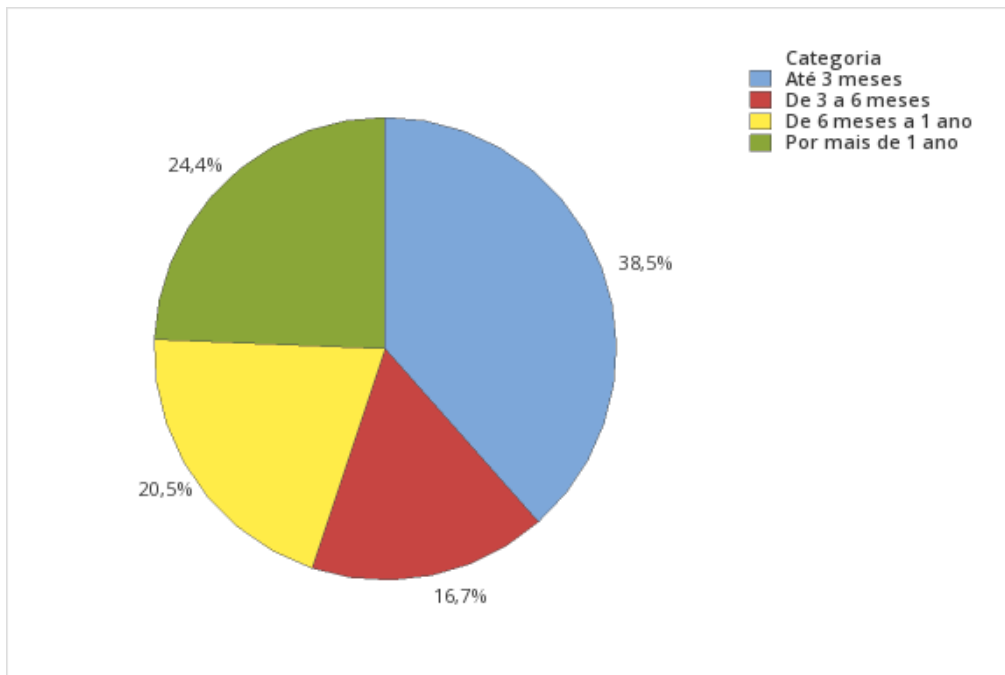
Em relação ao tempo em que os respondentes possuem sua renda comprometida com dívidas mensais, a categoria que possui mais aderência dos advogados liberais contempla o tempo de possuir dívidas por até 3 meses e corresponde à 38,5% da amostra que possui este tipo de dívida. Paralelamente, a segunda alternativa mais aderente foi a alternativa com o tempo mais longo, de ter este tipo de dívida por até um ano, e corresponde a 24,4% da amostra total.

Na pesquisa realizada pela RIF no Brasil, a alternativa de maior aderência da amostra é de 3 a 6 meses, com 31%. Essa alternativa para os advogados liberais respondentes teve aderência de 16,7%.

Na pesquisa aplicada ao Brasil, alternativa de tempo até 3 meses possui aderência de 26% da amostra total, e a alternativa por mais de um ano corresponde a 22%.

Percebe-se que, os advogados possuem menos tempo com sua renda comprometida com dívidas mensais, comparados aos resultados do Brasil. Há também uma equivalência em relação ao percentual da alternativa de até um ano coletados na pesquisa da RIF e do estudo.

**Gráfico 32** - Tempo de comprometimento com dívidas mensais



Em relação ao percentual da renda individual mensal comprometida com dívidas mensais, a categoria que possui mais respondente é a de comprometimento de 11 a 20% da renda individual, que equivale a 19,3% dos respondentes. A próxima porcentagem maior é referente à categoria de comprometimento de até 10% da renda individual dos respondentes, que equivale a 17,5% dos entrevistados.

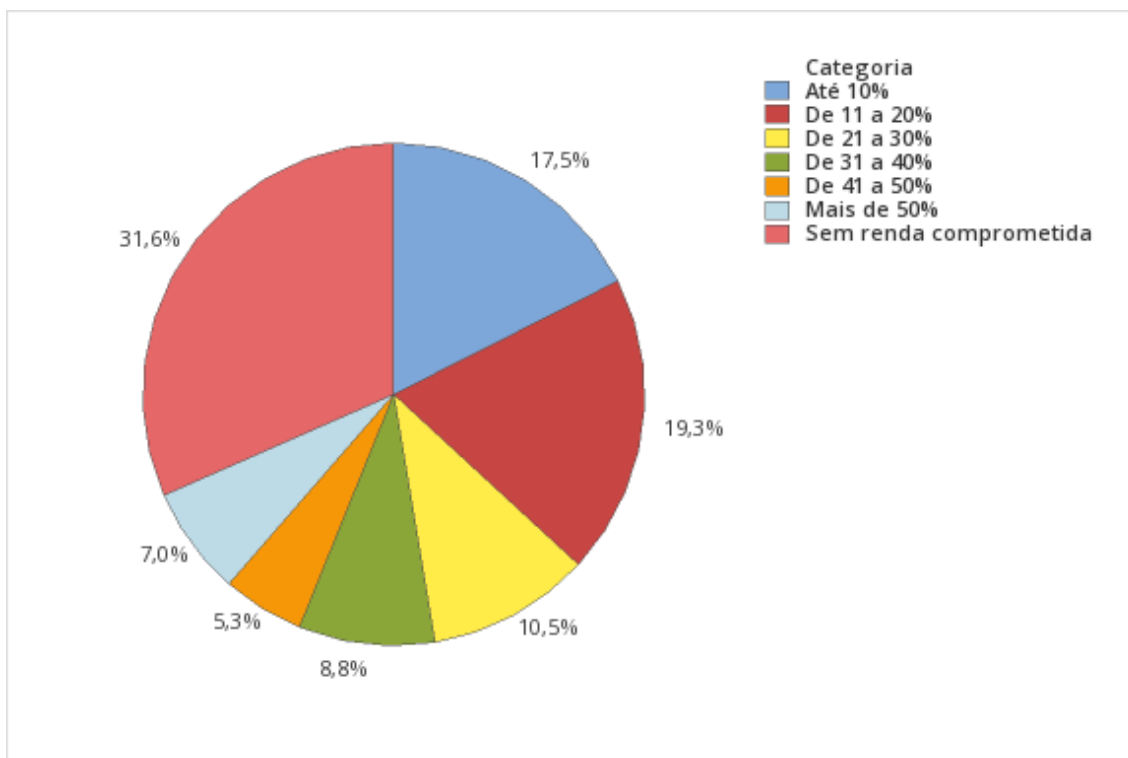
Nos resultados da RIF aplicados ao Brasil, a categoria de maior aderência foi de dívidas comprometendo mais de 50% da renda mensal, com 18% dos respondentes. Essa categoria, aplicada aos advogados, corresponde a 7% dos entrevistados. Além disso, na categoria de até 10%, há também uma diferença significativa entre os resultados do Brasil e do estudo, sendo 13% e 17,5%, respectivamente.

Esse é um comportamento positivo para os advogados liberais que participaram do estudo, pois há uma diferença significativa nos percentuais que indicam comprometimento com a renda.

As outras categorias, que possuem um comprometimento maior com a renda individual possuem menos advogados respondentes, e esses percentuais individuais não passam de 10,5%. Isso indica que, mesmo que os respondentes tenham sua renda comprometida com as despesas mensais

citadas, eles têm uma concentração maior em categorias que comprometem sua renda em no máximo 20%. Esse também é um comportamento positivo para o grupo analisado.

**Gráfico 33** - Percentual da renda individual comprometida com dívidas mensais



#### **4.6. Planejamento para a aposentadoria**

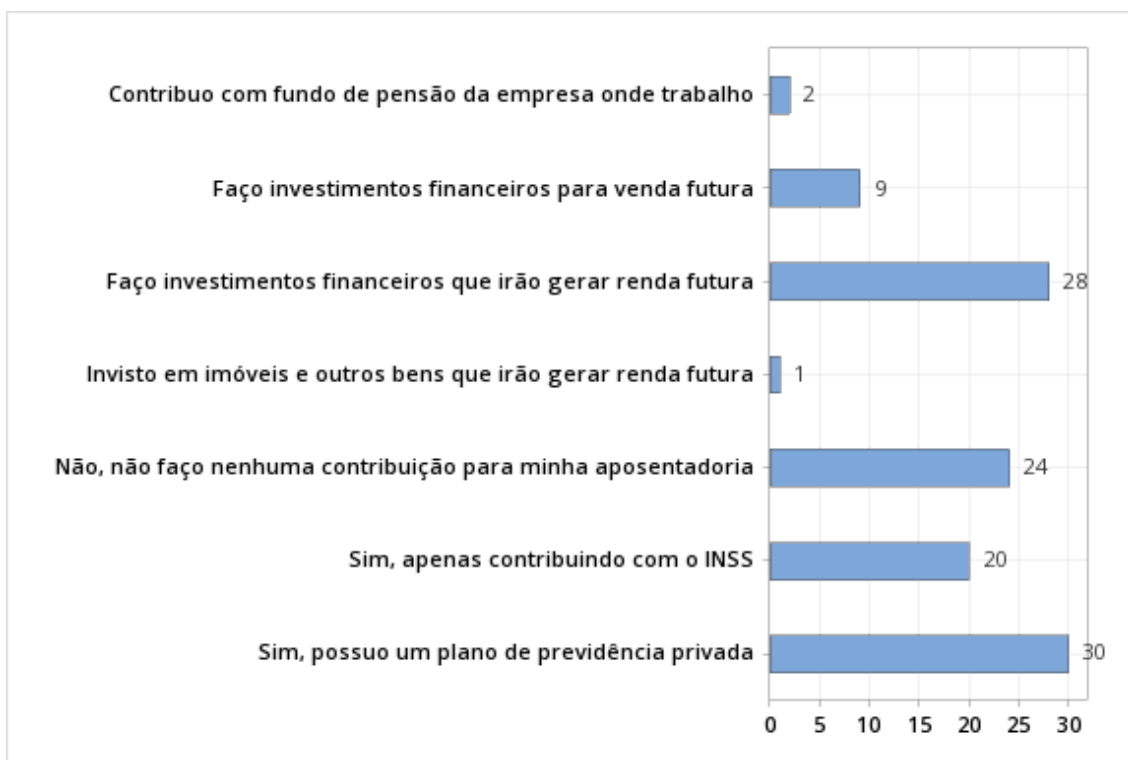
O planejamento para a aposentadoria se faz muito necessário, principalmente para os profissionais liberais, que não possuem renda fixa e precisam ainda mais se planejar para ter uma aposentadoria confortável. Para analisar como os advogados liberais respondentes se preparam para a aposentadoria, foram feitas algumas perguntas referentes ao tema.

No instrumento de pesquisa original elaborado pela OCDE e aplicada no Brasil em 2015, somente uma pergunta era feita, se os respondentes possuem algum planejamento para a aposentadoria. Para complementar a análise, foram incluídas mais duas perguntas, referentes à idade que se iniciou o preparo para a aposentadoria e ao motivo de ter se preparado.

A primeira pergunta é referente se os respondentes possuem algum plano de aposentadoria. Analisando os dados, observa-se que 79% dos entrevistados fazem algum tipo de planejamento para a sua aposentadoria. Esse número é bem elevado, dado que na pesquisa aplicada pela RIF no Brasil, o índice é de 50% e mostra que os advogados entrevistados têm uma atitude positiva em relação ao preparo para a aposentadoria.

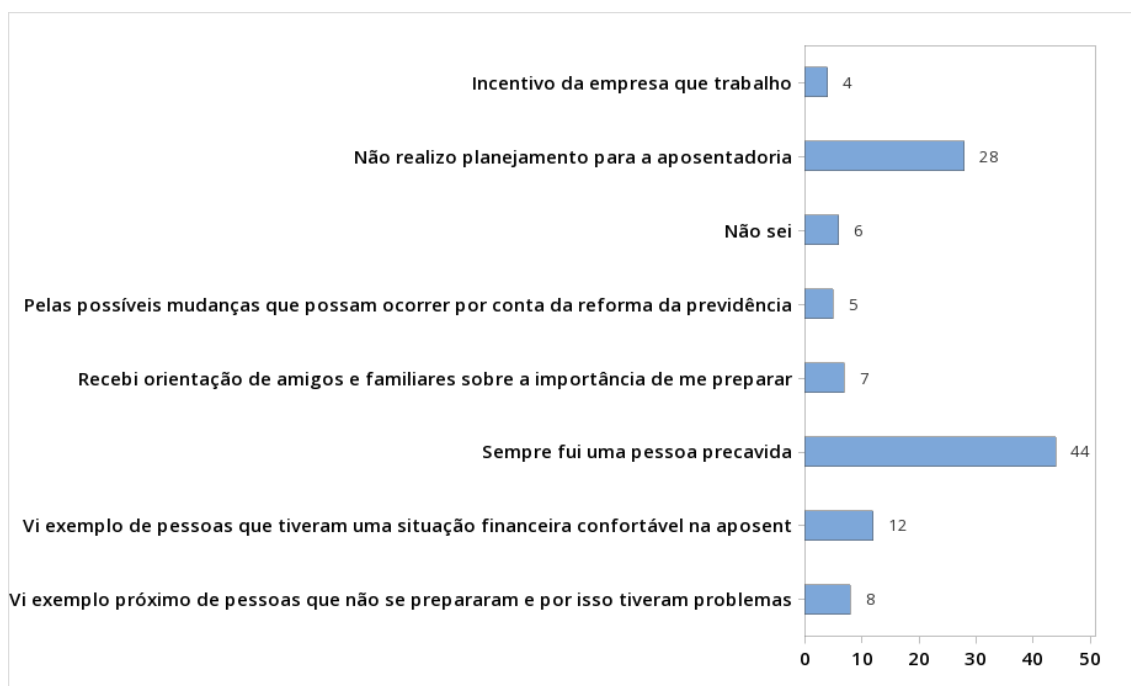
Além disso, é possível observar que 27% dos entrevistados possuem uma previdência privada, e 33% fazem outros investimentos para geração de rendas. Isso mostra que os entrevistados diversificam seus investimentos e estão se preparando para a aposentadoria.

**Gráfico 34 - Preparo para a aposentadoria**



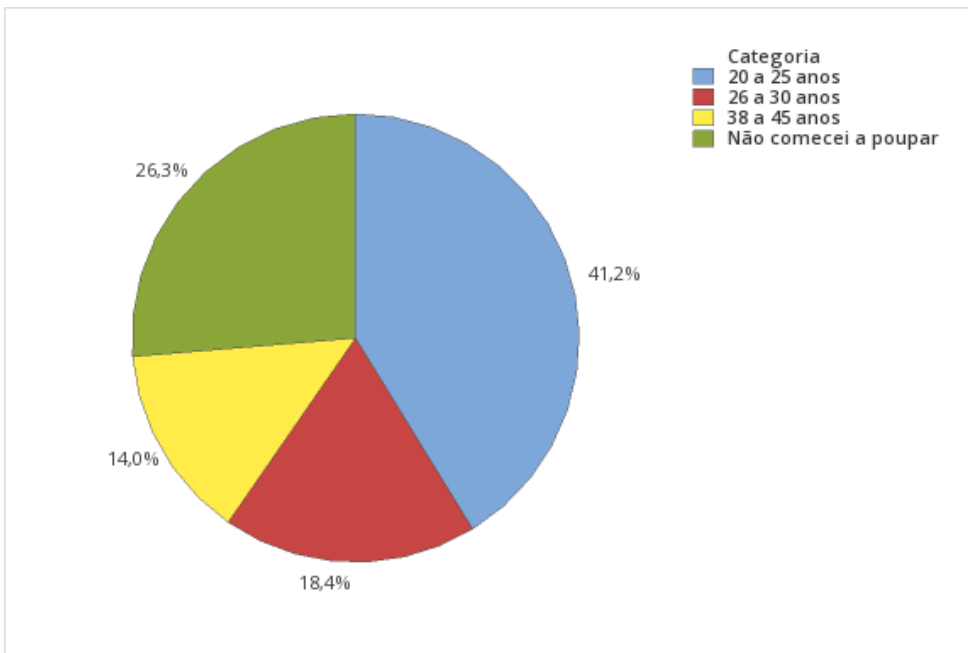
A questão que aborda o porquê de os respondentes começarem a se preocupar e se preparar para a aposentadoria mostra que 52% dos respondentes que se preparam para a aposentadoria fazem isso por serem pessoas precavidas. Além disso, 24% dos respondentes começaram a se preparar para a aposentadoria vendo exemplos, sejam positivos ou negativos.

**Gráfico 35 - Motivos para se preparar para a aposentadoria**



Em relação à pergunta sobre com quantos anos os respondentes começaram a poupar para a aposentadoria, os advogados possuem uma atitude positiva, pois 41,2% dos respondentes começaram a se preparar para a aposentadoria com 20 a 25 anos. Além disso, entre os 73,6% dos respondentes que afirmaram se preparar para a aposentadoria, 60% o fizeram até os 30 anos de idade. Isso mostra que o grupo escolhido para análise é precavido.

**Gráfico 36 - Idade que começou a poupar para a aposentadoria**



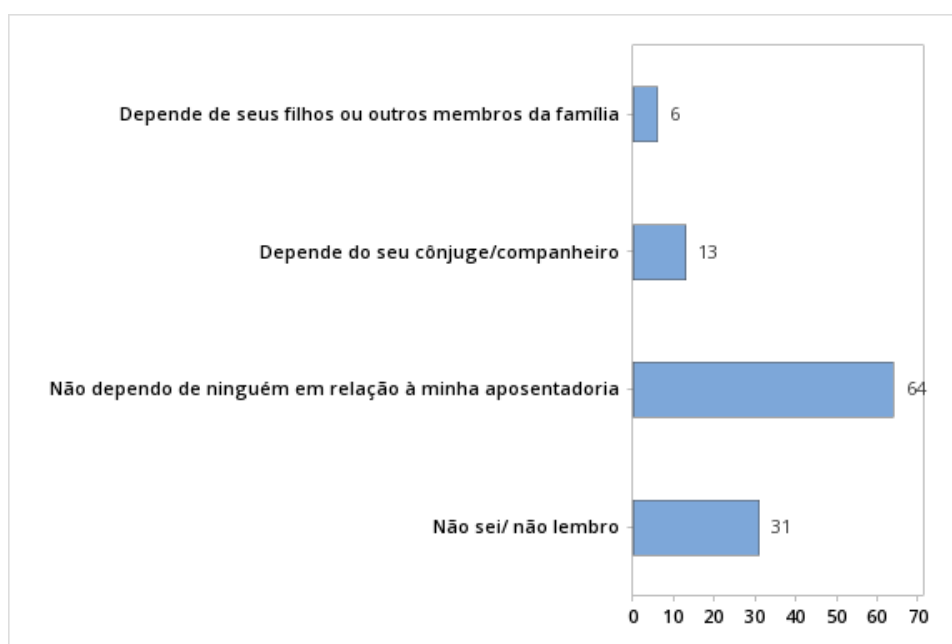
Por último, foi perguntando para os advogados liberais se acreditam que com o dinheiro que está investindo hoje, poderão se aposentar com tranquilidade ou dependem de alguém. No caso, 56% dos respondentes afirmam não depender de ninguém para ter condições de se aposentar.

O índice de pessoas que responderam que não sabem dizer ou não lembram foi elevado, de 27,1% dos respondentes. Isso indica alto grau de incerteza sobre o futuro.

Entre os respondentes que declararam dependência para se aposentar, são 16,7% do total.

Isso mostra que, apesar de mais da metade dos respondentes acreditarem não necessitar de alguém para aposentar, os índices de quem não sabe ou dependerá somados chegam a 42,8%, o que equilibra, de forma negativa, para a categoria.

**Gráfico 37** - Dependência para a aposentadoria



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje, a temática da educação financeira vem se tornando cada vez mais importante, visto que, as pessoas são afetadas pelas decisões financeiras que tomam diariamente. Por meio da compreensão sobre o assunto, e do desenvolvimento de habilidades específicas, é esperado que os indivíduos tenham a consciência de tomar melhores e mais seguras decisões nas questões que envolvem as finanças pessoais.

A ferramenta elaborada pela OCDE/ Infe tem como objetivo fornecer insumos para realização de pesquisas e estudos com o intuito de aferir o nível de inclusão e alfabetização financeiras. Em 2015, o Banco Central, em parceria com a Serasa Experian e o Ibope, aplicou a pesquisa no Brasil, para entender melhor a realidade do país em relação à temática.

A utilização do instrumento de pesquisa aplicado à um grupo específico, de advogados liberais, busca compreender a realidade da classe e traçar o perfil dos respondentes, sobre um tema com destaque internacional.

O estudo teve como objetivo aferir os níveis de alfabetização e inclusão financeiras dos advogados liberais, e para isso, as análises realizadas foram tanto descritivas como estatísticas.

A alfabetização financeira possui três dimensões de análise: conhecimento, comportamento e atitude.

Considerando a dimensão Atitude, que considera as intenções de uma pessoa em relação à sua vida financeira, pode-se concluir que os advogados liberais que participaram do estudo possuem atitudes consideradas positivas financeiramente. Isso se mostra nas respostas obtidas no estudo. Em relação às afirmações em que uma maior discordância leva a uma melhor atitude, os respondentes tiveram sua média mantida na escala de discordância. Assim como em relação às afirmações em que uma maior concordância leva a uma melhor atitude, os respondentes tiveram sua média mantida na escala de concordância.

Considerando a dimensão Conhecimento, que mede conhecimentos de finanças quantitativos básicos, os advogados liberais tiveram ótima performance nos percentuais de acertos, e em todas as questões, tiveram esse percentual acima da média do Brasil. Além disso, em um quarto das questões, houve 100% de acertos.

Em relação à dimensão Comportamento, as questões buscaram mapear comportamentos que envolvam planejamento e responsabilidade com o uso do dinheiro. No geral, os advogados liberais possuem traços de comportamentos que são positivos financeiramente. Isso pode ser aferido no hábito de poupar identificado em 97% dos respondentes, no hábito de ter reservas financeiras caso seja necessário, e pelo tempo em conseguir se manter, caso cesse a renda, em que 51% dos respondentes conseguiria manter seus custos de vida por mais de 6 meses.

Sobre a inclusão financeira, que é determinada pela rotina de uso e conhecimento de produtos e serviços financeiros, observou-se que os advogados liberais respondentes já ouviram falar de todos os produtos citados no instrumento de pesquisa. Além disso, retirando o item *microcrédito*, todos os outros produtos são conhecidos por pelo menos 72% da amostra de estudo.

Além disso, alguns dados obtidos pelo grupo de advogados liberais se destacaram em relação aos resultados obtidos no Brasil. Em relação ao uso de



serviços financeiros, o cartão de crédito é o que possui maior aderência. Enquanto no Brasil, a aderência é de 45%, no grupo estudado de advogados liberais, a aderência é de 91%.

Em relação ao uso de Ações e Títulos Públicos, enquanto a aderência a esses produtos no Brasil é de 1,1%, no grupo estudado de advogados liberais o índice é de 76%. Portanto, é possível aferir que o grupo estudado na pesquisa possui índices de inclusão financeiros promissores.

Por fim, foram acrescentadas às análises questões de preparação para a aposentadoria. Dada a amostra do estudo, observa-se que 79% dos respondentes fazem algum tipo de preparação para a aposentadoria. Além disso, 27% dos entrevistados contribuem para uma previdência privada, e 33% fazem investimentos para a geração de rendas. Esses dados mostram que a população de advogados liberais da amostra tem o hábito de diversificar investimentos, e estão se preparando para a aposentadoria.

Os resultados apresentados mostram que os grupos escolhidos de advogados liberais possuem bom grau de alfabetização e inclusão financeiras. Vale ressaltar que o grupo escolhido possui elevado grau de escolaridade e renda mensal, aspectos que são diferenciais comparados à população brasileira.

Mesmo com os bons resultados apresentados no estudo, a temática de educação financeira deve ser sempre disseminada.

Para futuros estudos, sugere-se como recomendações:

- Realização da pesquisa com outros grupos específicos, que tenham atividades profissionais que envolvam diferentes desafios, como grupo de empreendedores.
- Realização da pesquisa com outros grupos de profissionais liberais, como com psicólogos e médicos, a fim de entender se as questões segmentadas por renda individual e grau de escolaridade seguem um padrão.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maiara; FRANCISCO, Fausto; PADILHA, Rogério MECHI. **Educação Financeira**, Rio de Janeiro, 2018.

ARRUDA, Maria da Glória Chagas. **A previdência privada aberta comorelação de consumo**. São Paulo: LTr, 2004.

ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (Org.). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo: Economiacomportamental.org, 2015. 400 p.

BAZERMAN, Max H. **Processo decisório**. 5.ed. São Paulo: Campus, 2004.

CAMPANI, Carlos Heitor; COSTA, Thiago Roberto Dias da. **Pensando na Aposentadoria: PGBL, VGBL ou Autoprevidência?** Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, Horácio de Albuquerque. **Previdência Privada no Brasil: Uma Análise da Decisão entre PGBL e VGBL**. Monografia apresentada como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em: <[https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5927/1/Hor%C3%A1cio AC\\_Monografia.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5927/1/Hor%C3%A1cio_AC_Monografia.pdf)>. Acesso em: 02 de jan. 2021.

CASTRO, A. **Economia comportamental: caracterização e comentários críticos**. 2013. 132 f. Tese (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.

COELHO, Namilton Nei Alves; CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores**. Organ. Soc., Salvador, v. 19, n. 61, p. 277-294, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 de dez. 2020.

COSTA, A. B., SOARES, D. H. P. (2008). **Projetos de futuro na aposentadoria: uma discussão fundamentada pela orientação profissional em psicologia**. In Perspectivas en psicología (pp. 37-46). Mar del Plata, Argentina: Facultad de Psicología de la UNMdP.

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Quadro de Advogados do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>>. Acesso em: jan. 2021

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas(CNDL) e Serviço de proteção ao crédito (SPC), **ORIGENS DA INADIMPLÊNCIA**, 2019.

COSTANZI, Rogério Nagamine; LOZARDO, Ernesto; SANTOS, Cláudio Hamilton dos; **O Crescimento Insustentável dos Gastos com Previdência e**

**Pessoal.** Brasília: Ipea, fev. 2018. (Carta de Conjuntura, n.38). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215\\_CC38\\_gasto\\_previdencia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215_CC38_gasto_previdencia.pdf)> Acesso em: 29 de dez. 2020.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento** tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta ; revisão técnica José de Oliveira Siqueira. -- São Paulo : Atlas, 2003.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. "**Psicologia Econômica** - Trajetória Histórica e Rumos Futuros." Congresso ANBID de Fundos de Investimentos, São Paulo, maio 27, 2009.

FIGUEIREDO, Nathalia Stela Visoná; BARBOSA, Míriam Cristina de Almeida; SILVA, Thais Aparecida de Souza; PASSARINI, Thaís de Melo; LANA, Bruno Nazareth; BARRETO, Jubel. **Fatores culturais determinantes da escolha da via de parto por gestantes.** HU Revista. Juiz de Fora, vol 36, nº 4, p. 296-306, out/dez 2010.

GENTIL, Denise Lobato. **A Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira.** Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, ed. 1987; 2. ed. 1989; 3. ed. 1991; 4. ed. 2002

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GONZAGA, Rafael Dias. **Um estudo de caso para previdência privada complementar.** Revista de Finanças Aplicadas, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42487/um-estudo-de-caso-paraprevidencia-privada-complementar/i/pt-br>>. Acesso em: 11 de jan. 2020.

HADDAD, Fernando. "**Salário mínimo e previdência**". São Paulo: Folha de São Paulo, 16 de abril de 2000.

HOFMANN, Ruth Margareth. **Educação financeira no currículo escolar:** uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França. 2013, 329 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI Subsídios para as projeções da população,** Rio de Janeiro, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo, Atlas 2003.

LEANDRO-FRANÇA, C., SEIDL, J., MURTA, S. (2016). **Intervenção breve como estratégia de planejamento para aposentadoria:** Transformando

intenções em ações, *Psicologia em Estudos*, 20, 543-553. doi: 10.4025/psicolestud.v20i4.27413.

MARTINS, Luis Felipe Lopes. **A regulação da previdência complementar fechada sob a perspectiva da economia comportamental e a adesão automática como proposta para a mitigação de vieses cognitivos.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Direito da Regulação, da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2015

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social.** São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis, 2005

MUNIZ, Ivail Junior. **Educação Financeira: Conceitos e Contextos para o Ensino Médio.** In: X Encontro Nacional de Educação Matemática – X ENEM, 2010, Salvador. X ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2010.

MURTA, S., LEANDRO-FRANÇA, C., SEIDL, J. (2014). **Programas de educação para aposentadoria: Como planejar, implementar e avaliar.** Novo Hamburgo: Sinopsys

MYRRHA, L. J. D.; OJIMA, R. **Dinâmica Demográfica, Gestão Pública e Regimes Próprios de Previdência Social: Oportunidades e Desafios Para os Servidores e Municípios.** *Revista Gestão & Planejamento*, v. 17, n. 1, p. 59-74, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42285/dinamica-demografica--gestaopublica-e-regimes-proprios-de-previdencia-social--oportunidades-e-desafios-para-osservidores-e-municipios-/i/pt-br>>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

OCDE, **OECD's Financial Education Project**, *Financial Market Trends*, No. 87, Outubro, 2004.

OCDE, **Financial literacy and inclusion Results of OECD/INFE Survey across Countries and by gender**, 2013

OCDE, **NATIONAL STRATEGIES FOR FINANCIAL EDUCATION OECD/INFE POLICY HANDBOOK**, 2015

OCDE, **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**, 2015

OCDE, **OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies** 2016.

OCDE, **OECD/INFE TOOLKIT FOR MEASURING FINANCIAL LITERACY AND FINANCIAL INCLUSION**, 2018

OLIVEIRA, L. H.. Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert. Notas de Aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005.

PARABONI, Ana Luiza. **A influência da capacidade cognitiva no processo de aprendizagem de alfabetização financeira:** uma evidência experimental. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. 163 p.

PEIC, CNC, **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**, setembro de 2019. Disponível em:<<https://www.portaldocomercio.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-setembro-0>>

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme **Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas**, 2015

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. **VOCÊ É ALFABETIZADO FINANCEIRAMENTE? DESCUBRA NO TERMÔMETRO DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA**, 2014.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. **Previdência Privada**. Filosofia, Fundamentos Técnicos, Conceituação Jurídica. 2ª Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

RIBEIRO, Luciana. **A Importância das Entidades Fechadas de Previdência Complementar para o Sistema Previdenciário do Brasil**. Brasília. 2018.

ROSIN, O. **Weight- Loss Dieting Behaviour: An Economic Analysis**. Health Economics. Hoboken, v. 21, n. 7, p. 825-838, jul. 2011.

SAITO, A. T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. **A Educação Financeira no Brasil sob a Ótica de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. In: IX SEMEAD – Seminários em Administração, 2006, FEA/USP.

SAMSON, Alain. **Introdução à Economia Comportamental e Experimental: A Economia Comportamental**. In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (Org.). Guia de Economia Comportamental e Experimental. 1 ed. São Paulo: [s.n.], 2015. Cap. 1, p. 25-59. v. 1.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública – RAP, v. 41, nº 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>

SILVA, Jonathan. **Eficiência Financeira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e seus Determinantes**. João Pessoa. 2018.

SILVA, Jennifer Nipper da. **ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS**. Novo Hamburgo. 2019.

SOARES, D. H. P., COSTA, A., ROSA, A. M., OLIVEIRA, M. L. (2007). **Aposenta-ação**: programa de preparação para a aposentadoria. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, 13, 123-134.

SOARES, Fabrício Pereira. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017, 301 f. Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2017.

TAFNER, P., BOTELHO, C. e ERBISTI, R.(organizadores); **Reforma da Previdência – A Visita da Velha Senhora**; Editora Gestão Pública, Brasília, 2015.

THALER, Richard H., SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness**. Yale University Press, 2008.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

## ANEXO

### QUESTIONÁRIO

#### Seção 1 – Questionário Socioeconômico

---

1. Qual é a sua faixa etária?

De 18 a 24 anos

De 25 a 34 anos

De 35 a 44 anos

De 45 a 54 anos

De 55 a 64 anos

Mais de 65 anos

2. Qual é o seu gênero?

Feminino

Masculino

3. Qual o seu estado civil?

Solteiro(a)

Casado(a)

Separado(a) / divorciado(a)

Viúvo(a)

Outro

4. Qual a sua renda mensal individual?

Não possuo renda

Até 1 salário mínimo

Entre 1 e 2 salários mínimos

Entre 2 e 5 salários mínimos

Entre 5 e 10 salários mínimos.

Entre 10 e 20 salários mínimos.

Mais de 20 salários mínimos.

5. Atualmente, você mora...

Totalmente sozinho

Com um companheiro(a)/cônjuge

Com filhos menores de dezoito anos, seus ou de seus parceiros

Com filhos maiores de dezoito anos, seus ou de seus parceiros

Com seus pais ou sogros

Com outros parentes

Com amigos, colegas ou estudantes

Em algum outro tipo de residência/grupo

6. Qual o seu grau de escolaridade?

Analfabeto

1ª a 3ª Série Fundamental

4ª a 7ª Série Fundamental  
Fundamental completo  
Médio incompleto  
Médio completo/ Superior incompleto  
Superior completo  
Pós-Graduação  
Mestrado  
Doutorado

7. Há quanto tempo você se graduou no curso de Direito?

1 a 4 anos  
5 a 8 anos  
9 a 15 anos  
Mais de 15 anos

8. Qual, das que estão abaixo, é a sua principal atividade atualmente?

Autônomo/Conta própria/Profissional liberal  
Assalariado (CLT, com carteira assinada)  
Estagiário/aprendiz  
Dona(o) de casa  
Desempregado  
Aposentado  
Inativo por motivo de doença  
Não está trabalhando, nem procurando emprego  
Estudante  
Outro

## **QUESTIONÁRIO**

### **Seção 2 – Inclusão Financeira**

---

1. Qual destes produtos financeiros você conhece?

Cartão de crédito  
Cheque especial  
Crédito consignado  
Empréstimo pessoal  
Carnês de lojas  
Financiamento de carro  
Financiamento de casa  
Previdência Privada  
Conta Poupança  
Microcrédito  
Seguro  
Ações  
Pagamento direto com celular sem ser internet banking (Exemplo: Meu Dinheiro Claro / Zuum)  
Cartão cash pré-pago sem ser ligado a conta corrente  
Investimento em cooperativa de crédito  
Título (exemplo: tesouro direto, LCA, LCI)  
Nenhum



Não sei; não lembro

2. E atualmente, você está usando algum destes serviços financeiros?

Cartão de crédito

Cheque especial

Crédito consignado

Empréstimo pessoal

Carnês de lojas

Financiamento de carro

Financiamento de casa

Previdência Privada

Conta Poupança

Microcrédito

Seguro

Ações

Pagamento direto com celular sem ser internet banking (Exemplo: Meu Dinheiro Claro / Zuum)

Cartão cash pré-pago sem ser ligado a conta corrente

Investimento em cooperativa de crédito

Título (exemplo: tesouro direto, LCA, LCI)

Nenhum

Não sei; não lembro

3. E desses produtos que usou nos últimos 2 anos, qual você escolheu ou contratou mais recentemente?

Cartão de crédito

Cheque especial

Crédito consignado

Empréstimo pessoal

Carnês de lojas

Financiamento de carro

Financiamento de casa

Previdência Privada

Conta Poupança

Microcrédito

Seguro

Ações

Pagamento direto com celular sem ser internet banking (Exemplo: Meu Dinheiro Claro / Zuum)

Cartão cash pré-pago sem ser ligado a conta corrente

Investimento em cooperativa de crédito

Título (exemplo: tesouro direto, LCA, LCI)

Nenhum

Não sei; não lembro

4. Pensando nesse produto que foi contratado mais recentemente, quais, das seguintes afirmações melhor descreve como você escolheu esse produto?

Analisei informações de diferentes empresas antes de tomar minha decisão

Analisei várias opções de uma única empresa

Eu não analisei nenhuma outra opção

Pesquisei, mas não havia outras opções  
Não sei/ não lembro  
Não utilizo nenhum produto financeiro

5. Considerando o total da sua renda mensal, você saberia me dizer, aproximadamente, qual o percentual desta renda está comprometido com dívidas mensais, como cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal ou prestações de financiamentos?

Até 10%

De 11 a 20%

De 21 a 30%

De 31 a 40%

De 41 a 50%

Mais de 50%

Minha renda não está comprometida com este tipo de dívida

Não sei/ não lembro

6. Até quando você está comprometido com estas dívidas?

Até 3 meses

De 3 a 6 meses

De 6 meses a 1 ano

Por mais de 1 ano

Não sei/ não lembro

7. Dos produtos financeiros utilizados, quais destas contas está em atraso?

Cartão de crédito

Cheque especial

Crédito consignado

Empréstimo pessoal

Carnês de lojas

Financiamento de carro

Financiamento de casa

Previdência Privada

Conta Poupança

Microcrédito

Seguro

Ações

Pagamento direto com celular sem ser internet banking (Exemplo: Meu Dinheiro Claro / Zuum)

Cartão cash pré-pago sem ser ligado a conta corrente

Investimento em cooperativa de crédito

Título (exemplo: tesouro direto, LCA, LCI)

Nenhum

Não sei; não lembro

8. Pensando nos produtos financeiros utilizados que estão pendentes em pagamento, respondidos na última questão, há quanto tempo você está em atraso com esta conta? Se não possuir nenhum atraso, não marque nada

Cartão de crédito

Cheque especial  
Crédito consignado  
Empréstimo pessoal  
Carnês de lojas  
Financiamento de carro  
Financiamento de casa  
Nenhuma  
Não sei/não lembro

9. Você possui algum bem financiado?

Sim  
Não  
Não sei; não lembro

10. Quais dos seus bens são financiados?

Imóvel  
Automóvel  
Moto  
Outro  
Não sei/ não lembro  
Não possuo bens financiados

11. Atualmente sua moradia é...

Alugada  
Própria financiada  
Própria quitada  
Dos pais/ parente  
Outro  
Não sei/ não lembro

## QUESTIONÁRIO

### Seção 3 – Alfabetização Financeira: Conhecimento

---

1. Como você classifica o seu nível de conhecimento sobre finanças?

Muito bom  
Bom  
Mediano  
Fraco  
Muito fraco

2. Julgue os itens como Verdadeiro ou Falso:

É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco.

Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.

Uma pessoa deve investir em diferentes alternativas a fim de reduzir riscos (ex. poupança, ações, imóveis etc.).

Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.

Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.

É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.

3. Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) em uma loteria. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?

- R\$ 400,00
- R\$ 500,00
- R\$ 600,00
- Não sei

4. Agora, imagine que um dos amigos tenha recebido o dinheiro e guardado no seu cofre em casa. Considerando que a inflação é de 5% ao ano, após um ano ele será capaz de comprar:

- Mais do que compraria hoje
- Menos do que compraria hoje
- A mesma quantidade do que compraria hoje
- Não sei

5. Suponhamos que você pegasse emprestado R\$ 100 de um amigo e após uma semana pagasse R\$ 100 (cem reais). Quanto de juros você está pagando?

- 0%
- 1%
- 2%
- Não sei

6. 15. Agora, suponhamos que você coloque R\$ 100 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?

- R\$ 98
- R\$ 100
- R\$ 102
- R\$ 120
- Não sei

7. E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período?

- Mais que R\$ 110
- Exatamente R\$ 110
- Menos que R\$ 110
- É impossível dizer a partir das informações fornecidas
- Não sei

8. No Brasil, a taxa acumulada de inflação fechou 2020 em qual patamar?

- 0%
- Entre 1 e 3%
- Entre 4 e 7%

Entre 8 e 11%  
Não sei

## QUESTIONÁRIO

### Seção 4 – Alfabetização Financeira: Atitude

---

1. A seguir, serão apresentadas frases e deve-se avaliar o grau de concordância com a afirmativa. Será usado uma escala de 1 a 5, onde 1 significa discordo totalmente e 5 concordo totalmente:

Normalmente, eu fico mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para longo prazo

Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista.

De modo geral, eu me sinto capaz de administrar sozinho as minhas finanças pessoais.

Eu admiro pessoas que possuem bens, como roupas caras e carros de luxo.

Quando eu compro alguma coisa, geralmente escolho a marca que os meus amigos/parentes irão aprovar

Eu tenho uma tendência a comprar de forma espontânea e imediata, sem pensar muito.

Eu pago as minhas contas em dia.

Eu mantenho a minha vida financeira sob controle.

Eu converso sobre as decisões financeiras com outras pessoas da minha família (ex. cônjuge, irmãos, pais, filhos).

Antes de comprar algo, eu penso com cuidado se poderei pagar.

Eu prefiro viver para o presente e deixar o futuro se resolver sozinho.

Estou preparado para arriscar uma parte do meu dinheiro quando poupo ou faço um investimento.

Eu estabeleço objetivos financeiros de longo prazo e busco atingi-los

Dinheiro existe para ser gasto.

Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim

Eu costumo me preocupar com o pagamento das despesas normais do dia a dia.

Eu tenho muitas dívidas atualmente.

Estou satisfeito com minha situação financeira atual.

Eu confio no meu planejamento da aposentadoria.

2. Como você classifica seu nível de stress financeiro?

Muito baixo

Baixo

Médio

Alto

Muito alto

Não sei/ não lembro

## QUESTIONÁRIO

### Seção 5 – Alfabetização Financeira: Comportamento

---

1. Quem é responsável pelas decisões financeiras na sua casa?

Você

Você e seu cônjuge/ companheiro

Você e outro membro da família

Seu companheiro/ cônjuge

Pai ou mãe

Outra pessoa

Não sei/ não lembro

2. Vocês têm, em casa, um orçamento doméstico ou familiar, ou seja, há um orçamento que é usado para decidir qual parte do rendimento será destinado para despesas e pagamento de contas e qual será poupada?

Sim

Não

Não sei/ não lembro

3. Nos últimos 12 meses, você sentiu, alguma vez, que as suas despesas eram maiores que os seus rendimentos?

Sim

Não

Não sei/ não lembro

Não possuo rendimentos

4. Caso você tenha respondido na questão anterior que suas despesas foram maiores que os rendimentos, o que você fez para pagar as contas, cobrir todas as despesas?

Tirou dinheiro da Poupança

Tentou ganhar mais dinheiro (ex. fazendo horas-extras, trabalhou mais)

Tomou um empréstimo mais barato que a sua dívida

Pediu dinheiro emprestado a amigos ou parentes

Fez um empréstimo pessoal em um banco ou financeira

Usou o cheque especial

Pagou o mínimo da fatura do cartão

Cortou despesas

Usou cartão de crédito para fazer saque ou pagar uma conta

Pegou empréstimo com empregador/pegou salário adiantado

Vendeu/penhorou algum bem que tinha

Resgatou dinheiro de algum investimento ou previdência

Pegou dinheiro de um agiota

Usei recursos fora dos limites autorizados no banco/emprego/cartão

Atrasei ou Deixei de pagar algumas contas

Não sei/ não lembro

Não precisei

5. Nos últimos 12 meses, você tem poupado alguma parte dos seus rendimentos?

Sim

Não

Não sei/ não lembro

6. Geralmente, quanto do seu rendimento, você poupa em percentual?

Até 10%

Entre 11 e 20%

Entre 21 a 30%

Entre 31 a 40%

Acima de 31%

Não sei/ não lembro

Não possuo rendimentos

7. Se você perdesse a sua principal fonte de renda hoje, por quanto tempo você conseguiria cobrir o seu custo de vida sem pegar um empréstimo?

Menos de 1 semana

Entre 1 semana e 1 mês

De 1 a 3 meses

De 4 a 6 meses

Mais de 6 meses

Não sei/ não lembro

8. Agora, pensando somente em você, pessoalmente, sem incluir sua família, nos últimos 12 meses você guardou dinheiro de alguma das formas abaixo? Considere mesmo que não tenha mais esta quantia.

Guardei dinheiro em casa

Deixei dinheiro na conta-corrente

Guardei dinheiro em uma poupança

Dei dinheiro para alguém da família guardar

Participei de um grupo de poupança informal

Apliquei em investimentos sem ser previdência privada

Poupei de alguma outra forma (como dólar, ouro ou imóveis)

Não guardei dinheiro

Apliquei em um plano de previdência privada

Não sei/ não lembro

9. E se surgisse uma despesa alta inesperada hoje, que fosse equivalente a todo o seu rendimento mensal, você teria condições de pagá-la sem pedir dinheiro emprestado ou sem a ajuda de amigos ou da família?

Sim

Não

Não possuo renda pessoal

Não sei/ não lembro

## **QUESTIONÁRIO**

### **Seção 6 – Preparo para a aposentadoria**

---

1. Você faz algum planejamento para a sua aposentadoria?

Sim, apenas contribuindo com o INSS

Sim, possuo um plano de previdência privada

Contribuo com fundo de pensão da empresa onde trabalho

Faço investimentos financeiros para venda futura

Faço investimentos financeiros que irão gerar renda futura  
Invisto em imóveis e em outros valores (automóveis, joias, artes, antiguidades) para venda futura  
Invisto em imóveis e outros bens que irão gerar renda futura  
Não, não faço nenhuma contribuição para minha aposentadoria  
Não sei/ não lembro  
Outro

2. Caso você tenha respondido na questão anterior que se prepara para a aposentadoria, marque as opções que levaram a fazê-lo:

Sempre fui uma pessoa precavida, tenho o hábito de planejar minha vida a longo prazo

Vi exemplo próximo de pessoas que não se prepararam e por isso tiveram problemas financeiros após a aposentadoria

Vi exemplo de pessoas que tiveram uma situação financeira confortável na aposentadoria por terem se preparado

Pelas possíveis mudanças que possam ocorrer por conta da reforma da previdência

Recebi orientação de amigos e familiares sobre a importância de me preparar

Ao ver reportagens que abordavam as consequências do não planejamento da aposentadoria

Recebi orientação de especialistas / sites especializados sobre a importância de me preparar

Comecei uma família

Recebi orientação do gerente do banco sobre a importância de me preparar

Incentivo da empresa que trabalho

Outro

Não sei/ não lembro

Não realizo planejamento para a aposentadoria

3. Com que idade você começou a investir pensando na sua aposentadoria?

20 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 37 anos

38 a 45 anos

46 a 52 anos

Mais de 52 anos

Não comecei a poupar pensando na aposentadoria

4. Em relação ao seu planejamento para a aposentadoria, você acredita que com o dinheiro que está investindo hoje, você poderá se aposentar com tranquilidade ou depende de alguém?

Depende do seu cônjuge/companheiro

Depende de seus filhos ou outros membros da família

Não dependo de ninguém em relação à minha aposentadoria

Não sei/ não lembro